

ATA da 237ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

I - Dia, hora e local da reunião;

Realizou-se na data de 17 de novembro de 2021, quarta-feira, sob a condução do Sr. Carlos Eduardo Guimarães De Vasconcellos, Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, representando neste ato o Secretário da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e Presidente do CADES Sr. Eduardo de Castro, a 237ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, às 10:20h, de forma virtual pelo Microsoft Teams, convocada com a seguinte

II - Pauta:

1. Apresentação do Empreendimento: Parque Raposo Empreendimentos Imobiliários LTDA, pelos Senhores (a) VERENA ARANTES BALAS e Cláudio Gurdos;
2. Apresentação do tema “Contribuição da Secretaria do Verde e Meio Ambiente para o enfrentamento das mudanças globais do clima e de suas consequências na cidade de São Paulo” pela Sra. Laura Lucia Vieira Ceneviva;
3. Informes sobre a implantação dos Parques “Cabeceira do Aricanduva” e “Morro do Cruzeiro” pela Sra. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA;
4. Deliberação da retomada das reuniões do CADES na forma presencial;
5. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

INCLUSÃO DE PÉ DE PAUTA – INFORMATIVO: Apresentação do Cronograma de Eleição do CADES Municipal, Biênio 2021/2023, do Segmento Sociedade Civil, MACRO REGIÕES PELA Sra. Fernanda da Costa Alves, Diretora da Divisão de Planejamento e Apoio aos Colegiados (DPAC).

TRANSCRIÇÃO AUTOMATIZADA

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO – Nós abrimos quórum, então.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Já abrimos quórum Carlos, por favor.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO – Então vamos começar mais uma vez. Bom dia a todos, Conselheiros, Conselheiras e demais integrantes. Na qualidade de

Presidente da mesa, eu, CARLOS EDUARDO GUIMARÃES VASCONCELLOS, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente do início a 237ª (Ducentésima trigésima sétima) reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo – CADES, convocada nos termos do parágrafo 2º do artigo 8º do Regimento Interno Resolução nº 140/CADES/2011, que se realiza na data de hoje dia 17/11/2021 quarta-feira à iniciando às 10:20 da manhã, de forma virtual pela plataforma Teams. Antes de passar a palavra para a nossa coordenadora geral, Liliane Neiva Arruda Lima, para a gente dar início ao expediente do dia, queria informar aos nossos Conselheiros que começaram os cadastros das eleições dos CADES Regionais que iniciaram ontem. A gente já tem um pouco mais de 500 cadastros realizados, o cadastro segue durante essa semana e as eleições começam na semana que vem, no dia 22. Durante a semana de 22 á 28 ainda teremos a possibilidade de realizar cadastro junto com as eleições. A ferramenta é nova, anteriormente a gente teve problema com a ferramenta da Secretaria de Gestão na plataforma Participe Mais, a demanda, a concorrência foi muito alta e a gente teve problemas técnicos. Esses problemas foram resolvidos através da adaptação e melhoria de uma ferramenta antiga da própria Secretaria do Verde, com um apoio importante da PRODAM, do nosso pessoal interno da TI da Gestão da LILIANE e equipe, e até agora está tudo redondinho. Então, a gente tem a expectativa que tudo saia certo, trabalhamos muito para isso nos últimos 2 meses e em seguida, a gente tenha os CADES Regionais, já com os novos membros, OK? Bom, era o que eu tinha a informar por enquanto, e aproveito agora, passo a palavra para a nossa Coordenadora Geral do CADES, a Liliane Neiva Arruda Lima, para gente dar início ao expediente do dia. Muito obrigado. Boa reunião a todos nós.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Obrigada Carlos, pela sua informação do CADES, que é de extrema importância para nós, e então, vamos começar o que tem para todos os presentes que hoje, na reunião do CADES vamos para o primeiro expediente do dia.

A apresentação do empreendimento...

DELAINE ROMANO– Liliane, bom dia. Não, eu levantei a mão só porque eu queria fazer uma solicitação. Na verdade, é esse o e-mail que a gente recebe daí da Secretaria vem com mais de 100 (cem) pessoas nos endereços, não é? Eu já mandei para aí duas vezes, dizendo que muitos desses e-mails voltam, tem e-mail que está errado. Na verdade, eu até mandei as correções de alguns... (trecho inaudível). Qual a formação do CADES hoje? Porque assim, a gente nem sabe direito quem são os Conselheiros porque tem nessa lista que é antiga, que já saiu, que não é mais Conselheiro. Então assim, teria como vocês providenciarem isso? Uma lista atualizada da formação do CADES?

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Temos sim, a gente vai providenciar para a senhora está bom? Não só para a senhora, mas também para todos.

DELAINE ROMANO– Não, manda para todos. Eu já acho que já foi até solicitado uma vez pela Sônia, mas nós não recebemos. E atualizar e tirar aquele pessoal porque eles ficam recebendo e-mails que eles nem fazem mais parte. Pode ser?

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Tá, eu vou verificar isso para a senhora, com certeza eu verifico sim. Está bem?

DELAINE ROMANO– Obrigada, Liliane.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada a Senhora pela informação. Passamos agora para primeiro expediente do dia, apresentação do empreendimento Parque Raposo Empreendimentos Imobiliários LTDA, pela Senhora VERENA ARANTES BALAS e o Senhor Cláudio Gurdos estão hoje aqui presente para a apresentação. Dessa forma, eu passo a palavra para os senhores.

VERENA ARANTES BALAS - Bom dia a todos, Verena Arantes Balas que está falando, sou diretora de... Bom dia, desculpa. Eu não sei se eu devo ligar a Câmera ou não, é que acaba ficando mais lento. Prefere que ligue?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Fique à vontade.

VERENA ARANTES BALAS- Então está bom. Meu nome é Verena Arantes Balas, sou Diretora de Incorporação da RZK Empreendimentos e Diretora responsável pela Parque Raposo Empreendimentos Imobiliárias, que detém o empreendimento Reserva Raposo, que fica localizado na Rodovia Raposo Tavares, km 18,5. Esse empreendimento ele está sendo implantado numa área de 450,000 m². Ele foi aprovado na Prefeitura Municipal de São Paulo em 2016, dentro do plano integrado, é uma área ZEIS. Ela é composta por dois zoneamentos. No processo de licenciamento esse processo, ele foi multidisciplinar, ele transitou em todas as secretarias em virtude, da pluralidade dele. A gente na verdade projetou um novo bairro de HES. Portanto, todas as Secretarias foram envolvidas e esse empreendimento ele foi submetido a um EIA RIMA. E nesse EIA RIMA, determinou-se que a implantação desse empreendimento deveria se dar de forma faseada, e paralelamente com o empreendimento também foram determinadas uma série de contrapartidas que o empreendimento deveria e deverá entregar para o Município de São Paulo. É só para dar um pouco da história, de lá até hoje o que aconteceu, em 2016, portanto, foi aprovado, a gente é obteve a LAI em final de 2017, lançamos os primeiros condomínios e no início de 2018 foi aberta uma ação popular, que deixou esse empreendimento paralisado por 8 meses. Lançamos até a paralisação do empreendimento 1460 unidades, que compõem a primeira fase do empreendimento. Essa primeira fase do empreendimento ela é composta conforme EAI RIMA. Eu só estou dando um pouquinho de histórico para a gente conseguir colocar todo mundo na mesma página. A primeira fase do empreendimento, ela é composta por 21 lotes que totalizam aproximadamente 5.000 unidades, desses 21 lotes, lançamos 5 (cinco) lotes apenas que totalizam as 1.460 unidades. O que eu quero dizer é que estamos ainda no meio da primeira

fase do empreendimento, entregamos o último condomínio mesmo com a ação que ocorreu, do processo ter sido judicializado, e tivemos diversos problemas, inclusive com a Caixa Econômica, que não financiou o empreendimento em virtude da ação judicial, mas entregamos os 5 condomínios que totalizam essas 1.460 unidades, absolutamente dentro dos prazos. Toda a parte de infraestrutura também foi realizada conforme o licenciamento determinou, e uma das contrapartidas que é o tema desta reunião hoje, que o Cláudio vai fazer uma apresentação um pouco mais detalhada para vocês, é de que uma das contrapartidas determinadas no licenciamento ambiental, é a entrega de um Terminal Urbano Rodoviário para o município de São Paulo, no EIA RIMA foi determinada uma área fora da matrícula do empreendimento Reserva Raposo Lindeira, anexa matrícula, aonde hoje tem um galpão desocupado de uma área de aproximadamente 19.000m² e no licenciamento ficou determinado que: o empreendimento Reserva Raposo deveria custear desapropriação dessa área, bem como fazer todos os projetos executivos desse terminal, aprová-los em SPTrans, fazer um estudo de viabilidade ambiental, e por fim, construir e doar para o município de São Paulo, para ele poder operar o terminal. Ocorre que bom, fizemos projetos executivos, aprovamos em SPTrans, fizemos um estudo de viabilidade ambiental. Ocorre que em 2019 o proprietário da área entrou com uma ação contra a Prefeitura Municipal, questionando não somente a desapropriação, mas também o valor determinado por essa desapropriação. Importante só constar para os senhores de que, assim que DESAPÊ, o município solicitou e determinou, o valor da desapropriação à Parque Raposo imediatamente fez esse depósito, em juízo, e esse depósito, esses valores constam, estão presos na justiça até hoje. É preocupado, porque a gente quando concebeu esse bairro, o terminal se tornou um equipamento fundamental, não só para atendimento dos futuros moradores, mas como de toda região. É, então é nós empreendedores, sempre entendemos, sendo fundamental a implantação dele, uma vez que esse processo está judicializado ainda, e nós, do Parque Raposo, não fazemos parte da discussão uma vez que é entre proprietário da área e a prefeitura, fizemos 2 (dois) estudos, de implantação desse terminal dentro da área do empreendimento Reserva Raposo, o primeiro estudo não foi aprovado, pois se tratava de uma área localizada muito na parte central da do empreendimento do novo bairro, e por fim, conseguimos aprovar a destinação de uma quadra importante que a quadra "B" que o Cláudio vai mostrar, dentro do empreendimento, aonde ia se construir um shopping, um centro comercial de compras e edifícios residenciais, conseguimos aprovar com os acionistas, a destinação dessa quadra da parte térrea dela para a construção do novo terminal. Desta forma, não ficaríamos dependendo do resultado dessa ação judicial entre proprietário e prefeitura. Esta nova área passou pela análise da Secretaria do Verde, bem como e fundamentalmente pela Secretaria Municipal de Transportes e foi aprovada depois dessa aprovação fizemos um projeto funcional que também será apresentado para os senhores.

Então eu acho que a intenção aqui é só deixá-los à par que o terminal passa a se tornar viável de novo dentro da construção do empreendimento com mesmo programa, mesmo programa atendendo o mesmo número de linhas que a antiga área, e que o Cláudio vai estar apresentando, eu acho que resumo geral é isso! Acho que eu posso passar a palavra para o Cláudio e, se eventualmente tiver alguma dúvida, estou à disposição.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada, Verena. Sim, o Cláudio vai começar a apresentar agora, por gentileza.

CLÁUDIO GURDOS– Bom dia a todos, meu nome é Cláudio Gurdos, eu vou falar um pouco sobre o processo de licenciamento ambiental do empreendimento, um breve histórico. O que aconteceu, a VERENA já adiantou bastante coisa né. Estão me escutando? Estão me escutando?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Então sim Cláudio, essa apresenta...

CLÁUDIO GURDOS– Eu vou fazer um breve histórico... (inaudível) licenciamento na parte ambiental, como a Verena disse, a Secretaria do verde... (inaudível) essa mudança do terminal, que estava em área externa e foi para dentro da gleba. Eles queriam saber da agenda do empreendedor, se vão ter novos impactos, quando da época que foi licenciado que teve... (inaudível), é lá para empreendimento imobiliário. Então, agora a apresentação.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Não está aparecendo a sua apresentação.

CLÁUDIO GURDOS – Oi?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Não está aparecendo a sua apresentação.

CLÁUDIO GURDOS – Só um pouquinho, só um pouquinho.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Tá, eu vou te auxiliando está bem?

CLÁUDIO GURDOS - ... (inaudível) escutaram perfeitamente, né?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Sim, nós escutamos, só que a sua apresentação saiu da tela.

CLÁUDIO GURDOS – Agora estão vendo?

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Não, vai para tela preta.

VERENA ARANTES BALAS - Eu estou. Eu estou sim, é Verena que está falando, eu estou vendo ela.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Já a minha, está preta.

NÃO IDENTIFICADO - Eu também estou vendo.

CLEUSA - Cleusa falando, também estou vendo.

CLÁUDIO GURDOS– Só algumas pessoas, então.

JOSÉ RAMOS- Estou vendo por aqui, está tudo bem, tranquilo.

CLÁUDIO GURDOS– Tá, mas eu vou falar também; Então praticamente teve todo o procedimento de licenciamento ambiental na Secretaria do Verde, uma consulta prévia e solicitaram uma apresentação de uma EIA RIMA. Aí o próximo passo foi apresentar um plano de trabalho para obter o termo de referência, ... (inaudível) para seguida, todo o ritual, e foi apresentado em 2015, através do pilar 2015 era ... (inaudível) EIA RIMA, tá o EIA RIMA Como sabem lidar a LAP na licença ambiental prévia, e chegando EIA RIMA na Secretaria do Verde passou pelo procedimento conforme a na época resolução Nº176/CADES/2015, e foi aprovado o EIA RIMA para análise dos técnicos. Em 2015... (inaudível) teve uma audiência pública para entendimento, como é previsto em legislação. Em... (inaudível) foi analisado, quero deixar bem claro isso que o EIA RIMA para quem é novo no CADES, não sei como estão os Conselheiros agora, ele é tem a Câmara técnica de parcelamento do solo, eu acho né, tem a câmara técnica menor, né? Que fica no verde, os Conselheiros lá, eles analisam, e junto com os técnicos do... (inaudível), aí eles fazem toda uma análise, uma complementação, as dúvidas os esclarecimentos do empreendedor, respondem tem todo um ritual, e aí em cima disso foi aprovada essa LAP, e aí foi para o conselho maior né, que é a plenária e também foi aprovado, e na época o secretário assina, quem é assina LAP Secretário do Verde. Eu observo, que objeto da LAP, ele foi construído quando o EIA RIMA entrou lá não existiam toda essa parte da infraestrutura viária, né, de saneamento. Isso foi construído junto com a Secretaria do verde e com os Conselheiros, que aí foram entrando o terminal de ônibus, né, que a Verena falou que são contrapartida, ... (inaudível) adensamento muito grande na região, então assim como saneamento básico, a infraestrutura também é necessária de transportes, e aí quando saiu a LAP, ela saiu uma análise interna, vamos ter as UBS, vamos ter o CÉUS, vão ter as Creches, e isso foi aprovado com o setor da Educação e Saúde, porque, evidentemente, é uma mini cidade, lá dentro tem que conter tudo isso, e como a VERENA já tinha dito o terminal, ele ficou fora da área nessa área que agora está na índole jurídico, estão tentando resolver, mas não tem como esperar muito, né. A Verena também falou da segunda opção que a SPTrans não aprovou, né, o terminal era mais acima perto dos prédios lá, tinha...(inaudível), e ficou nessa posição muito próxima essa, essa terceira alternativa que é nosso objeto está muito próximo da primeira alternativa, só que na área interna, tá que essa na quadra B que vocês tão vendo em vermelho aí, então, o terminal ficou muito próximo e na, no azul da antiga fábrica desativada daquela opção 1, essa opção quadra B ficou bem melhor, até pelo acesso, né, porque os ônibus vão vim tanto lá da Raposo Tavares vão acessar por esse caminho que estão entrando, vão entra no terminal e vão sair pelo projeto de um viaduto que vão retornar, e quem vem do interior, também vai ter uma viaduto para ter um acesso que já vai entrar dentro do terminal, acontece que eu posicionamento desse terminal agora na quadra B, essa terceira alternativa, ela foi aprovada que nem a Verena falou pela Secretaria do Verde e principalmente pela SPTrans, né, que

indecisa sobre o assunto aí, ela aprovou esse posicionamento, só que LAP na época, não previa o terminal ai dentro, que previa aumentar a fábrica desativada, também observo que o terminal pela resolução do CADES, ele é objeto específico de licenciamento ambiental através de estudos de viabilidade ambiental, o terminal, seja qual for a área que for ser construído, dentro fora, onde for. Ele é objeto licenciamento ambiental específico, com apresentação do estudo de viabilidade ambiental. Todos os impactos de novo vão ser identificados, e tal, tal, tal. O que eu quero salientar, que o terminal o Verde tinha perguntado para o empreendedor, se essa nova área ia ocasionar novos impactos ambientais, porque quando foi dado a LAP, e não estava previsto ali dentro ele, esse local dessa quadra B, estão previstos construção de prédios, daqui a pouco eu vou apresentar isso para vocês, tá, o Pedro vai apresentar isso para vocês mostrando que essa área já foi licenciada dentro do todo o procedimento pilar, porque estão previstos prédios sendo construídos e vão continuar sendo, e a quantidade de construção desses prédios, é um novo conceito agora que você tem o Terminal, né, vai ter uma parte de comércio em cima são os prédios, que não vai acarretar nada em termos de impacto, então essa área já estava destinada, ela já foi estudada, inclusive quando CADES e os técnicos do GETANIA aprovaram tiveram essas licenças, os impactos já tinham sido identificados, inclusive vegetação tudo, tem terciário em toda área tudo, do movimento de terra, todos os impactos foram devidamente identificados e avaliados. E aí saiu... (inaudível), então é a gente, não encontra nenhum, no nosso ponto de vista, nenhum impedimento terminal, é esse é construído nessa área.

Aliás, eu acho até do ponto de vista de atendimento, para a população tanto da parte interna, quanto externa o terminal nessa área, inclusive, pouco impacto do transporte, dos ônibus que vão entrar, vão ser bem menor do que antes, quando a fábrica era prevista na construção dessa fábrica, os ônibus também teriam que entrar dentro do empreendimento para poder fazer o contorno, sair pelo viaduto e voltar para São Paulo. O próximo, esse é um acesso que o DR Projetou, que é o acesso que vai entrar. Volta só um pouquinho para mim por favor. É o detalhamento da ilha, da onde os ônibus vão vim de São Paulo pela Raposo e vão acessar para esse projeto que se vocês viram para entrar aí dentro do terminal, esse projeto que o DR aprovou, o próximo, o terminal localizado na quadra B...(inaudível), ele está localizado na Rua em 1, 2 e 8 na avenida 1, ele teria 2 entradas, sendo uma pela Rua 1 com acesso direto as plataformas, e a outra entrada pela Rua 2, o acesso individualizado por questão de impedimento, 3 caixas de escadas, elevadores de emergência tá que chegam até o térreo e alimenta todo o empreendimento além de saída de entrada direta para a Rua 1, vocês vão ver mais, como eu te falei, detalhar esse, esse terminal é que ele não nem na alteração dele vai ter qualquer problema com as pessoas que vão morar ali, porque ele foi projetado de forma que ele vai ter um acesso que não vai ter problema de ruído e nem de diminuição de poluentes, tá? E aí estão todas as características deles tem 4 plataformas, 2000 m, né?

Sendo 313 m² reservados para operacional, é importante que eu vou salientar todas as instalações elétricas, hidráulicas, sistemas, inseri certo, estão fisicamente separados do restante das edificações, porque, como vocês sabem, em cima desse terminal vamos ter edificações de uso misto. Desta forma, não haverá nenhuma interferência do edifício de uso misto com a operação do terminal, não haverá nenhuma interferência nem impacto, e todo abastecimento de água potável será feita através da rede pública da Sabesp, realizado no restante do empreendimento, próximo, deixa eu ver, aí o Pedro, nosso projetista, vai falar um pouquinho sobre, se vocês veem aí na, nesse projeto que em baixo ali é o terminal, o Pedro vai explicar direitinho, e esses blocos eles já estavam previstos e foram licenciados naquela área, então não é um terminal numa área nova que não tinha nada, já estava previsto e foi licenciado com (inaudível), né?

PEDRO - Bom dia, arquiteto Pedro, na planta do terminal onde tem a circulação, esse é o novo empreendimento terminal com um novo acesso da rodovia, é uma circulação de todas as plataformas com a mesma capacidade e a mesma área construída do anterior e a circulação é independente do restante do empreendimento, ela entra, sai da rodovia, entra no terminal e vai para outros acessos, aí acessando ainda os veículos urbano pelo conjunto habitacional. No corte ele tem, além do acesso de direto dos ônibus pela, pelas vias, ele tem um acesso do público também pelas vias laterais e uma área junto tudo independente do comércio para maior conforto, escada rolante, elevadores, saídas de emergência e que completam o terminal. Ele tem um tratamento de exaustão de ares, de gases, que vai para área do vale da rodovia e toda o empreendimento está independente, eu tenho empreendimento comercial independente da área, da área do terminal, temos aí as áreas, as áreas construídas que são exatamente iguais as das do empreendimento anterior e a movimentação também de ônibus também atende a mesma solicitação da SPTrans,

CLÁUDIO GURDOS - É, nesse quadro que a gente, né, os impactos aumentaram incidentes sobre a nova área terminal, isso talvez fosse uma preocupação da Secretaria do verde, né? Como o terminal estava sendo licenciado naquela área da antiga fábrica que não desse problema, e agora está numa área nova, o verde tem, né, até imaginou que pudesse ter novos impactos que não foram avaliados durante o procedimento de licenciamento ambiental pelo EIA-RIMA e depois pela, pela LAI, né? Então é o que eu, o que eu saliento aí, assim, essa é a área, tá? Essa... (trecho inaudível), vocês viram o projeto que estão previstos vão ser construídos com os, com os prédios né, sobre essa área, ela já foi objeto de, de identificação de impacto, né? Ela foi avaliada no EIA-RIMA, nas complementações e foi da LAP e foi dado à LAI pelo verde né, então já foram identificados, então coloca todos os impactos (trecho inaudível), matriz de impactos, né? E foram avaliados pelo CADES por técnicos do GETANIO que aprovaram EIA-RIMA e expediram a LAP, tá? Posteriormente, o empreendimento imobiliário teve a LAI, já tem construção como a Adriana falou. Então, não há impacto novo,

né, dessa LAI em decorrência do terminal, a fase de instalação, do terminal ser construído aí que vai ter, que ele vai estar numa base em cima do terminal vão ter os prédios que já estavam previstos serem construídos, então não há impacto novo nenhum, tudo já foi levado em consideração como assoreamento, né, como emissão de particulados, vegetação, água e fauna, tudo já foi identificado porque essa área, né, ela já foi licenciada e já estava previsto(inaudível), então não existe impacto ambiental novo em decorrência do terminal aí. De novo eu falo que é independente do local que o terminal vai ser construído dessa já externa, interna, ele é objeto específico de licenciamento ambiental por meio do estudo de viabilidade ambiental que dá uma licença, uma LAI direta, instalação direta para o terminal, tá? Então, nós não, e não, não temos como falar, inventar impacto, e não tem. Vocês viram aquela outra figura, fotografia aérea que essa área atual, essa área do terminal, a Laiane pode mostrar também ali onde era o terminal antigo da fábrica onde não tem simplório jurídico é muito próximo tá, então não tem como, né? Ele vai ser o EVA vai ser elaborado com essa nova do terminal e os novos, se tiver alguma coisa que o verde queira colocar dentro do licenciamento, talvez na fase de operação aí vão ser, vão ser avaliados, tá? E esse a entrada praticamente lá da reserva Raposo, né? Um pavimento já dimensionado, tá? E é isso gente, então só agradecemos, estou disposto a qualquer esclarecimento, vocês podem fazer à vontade, obrigado.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE - Obrigada Pedro, obrigada o Sr. Cláudio e a Sra. Verena pela linda apresentação, diante da manifesta..., da apresentação de hoje, tem alguma manifestação? Secretário Carlos?

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Oi, Liliane, eu já estava a par do assunto o informe foi, a discussão e apresentação foi meramente informativa, está tudo ok. Eu já tinha, já tinha sido informado sobre isso, então eu não tenho, não tenho questões em relação a isso.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Obrigada. Temos manifestação da Mônica, da Sônia e do Juliano. Mônica, por favor, você seja a primeira.

MÔNICA - Bom dia, Mônica da Secretaria da Saúde, só uma questão de esclarecimento, se o estudo de impacto já foi aprovado pelo Verde, então isso significa que a CETESB já também aprovou, né? Já teve uma avaliação da Cetesb na questão de emissão de particulados e essa emissão toda vai ser monitorada pela CETESB, só uma questão de esclarecimento.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Sr. Pedro, o Sr. Cláudio ou Sra. Verena pode responder, por favor.

CLÁUDIO GURDOS- Durante todo o processo do licenciamento ambiental, que foi expedida LAP, né? E passou pela plenária do CADES, e representação da CETESB, né, então tudo foi analisado e a LAP foi expedida, não teve nenhum nenhuma, sabe, impedimento nem nada os Conselheiros aprovaram, tanto o conselho, os Conselheiros da Câmara Técnica de (trecho

inaudível), quanto a plenária, então o EIA-RIMA já foi, já teve lá que inclusive tem LAI né, também instalação e já estão construindo empreendimento.

VERENA ARANTES BALAS- Lembrando, viu Mônica, é a Verena que está falando, que a Cetesb foi consultada por mais de uma vez com relação ao licenciamento desse empreendimento e dentro do próprio EIA-RIMA, foi estabelecido pela própria Secretaria do verde. Como Cláudio também mencionou, com conhecimento de toda a plenária do CADES e de todos os participantes, né, portanto, a Cetesb também, um programa de acompanhamento ambiental no decorrer das obras, então tudo isso já está bem, super detalhado e muito bem encaminhado pelos órgãos licenciadores. Então acho pertinente a tua preocupação e isso foi levantado na época do licenciamento.

MÔNICA - Está OK, obrigado.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada viu Verena, pela sua explicação. Agora passamos a palavra para a Senhora Sonia Hamburger, por favor Sra. Sonia.

SÔNIA HAMBURGER- Boa tarde, bom dia a todos e todas. Eu pedi a palavra porque eu não recebi a convocação para essa reunião, eu não recebi a documentação para essa reunião, nem pauta, nem EIA-RIMA nem qualquer outro documento que tivesse que vir. Eu não recebi. Então eu quero perguntar para os demais Conselheiros se todos receberam, porque eu não recebi. Tá, então eu coloco aqui o meu protesto, eu não me preparei para essa reunião e gostaria de saber qual foi o processo, o processo para que ela fosse é convocada dessa forma ou se foi uma falha só que eu não recebi a convocação.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Sônia, eu peço desculpa para a Senhora, mas vamos averiguar porque nós encaminhamos o convite para todos os Conselheiros tá, via e-mail, nós até encaminhamos antecipado para não ter esse problema novamente.

SÔNIA HAMBURGER- É, eu não recebi, infelizmente.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Eu vou estar verificando para a Senhora, tá? Eu peço desculpa, por gentileza. Agora eu passo a palavra para o Sr. Juliano Formigoni.

JULIANO FORMIGONI- É bom dia a todos, sou Juliano Formigoni, eu represento a Coordenadoria de licenciamento ambiental (CLA), especificamente o DAIA e embaixo de mim tá o GETANIA que é o grupo técnico que analisa esse tipo de empreendimento, tá? Eu gostaria só de reiterar o que o Carlos já falou que essa apresentação foi uma exigência do nosso grupo técnico, considerando que a LP foi aprovada pelo CADES, então isso que a gente pediu para empreendedor, para dar ciência a todos os Conselheiros do CADES visando a validação, né, por parte desse plenário da continuidade do licenciamento ambiental do terminal. Eu ressalto novamente que esse terminal ainda não foi licenciado, ele é objeto de análise, então todos os impactos para, possíveis, né? De serem provenientes por eles. Vão

ser ainda objeto de análise pelo grupo técnico, tá, então ninguém está aqui deliberando essa localização do terminal, tá, a gente tá apenas deixando claro para vocês que o processo de licenciamento vai continuar através de um EAS, conforme exigência de um grupo técnico de atividades não industriais. Obrigado.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Obrigado Juliano pela consideração. Sr. Pedro, Sr. Cláudio, Sra. Verena, tem alguma consideração a fazer?

VERENA ARANTES BALAS- Não, não tenho nenhuma consideração a fazer. Juliano, só para ficar bem claro quanto a localização, ela já está aprovada né, é o estudo de viabilidade ambiental EVA é que agora a gente vai, vai, vai ser analisado por vocês, correto?

JULIANO FORMIGONI- É sim, ela está aprovada pela SMT, né.

VERENA ARANTES BALAS- A localização.

JULIANO FORMIGONI- A localização foi aprovada (confluência de falas) diferente das outras 2 (duas) alternativas locacionais.

VERENA ARANTES BALAS- Com a anuência do verde também. Correto.

JULIANO FORMIGONI- Então agora a gente vai analisar a viabilidade ambiental desse terminal no local previsto.

VERENA ARANTES BALAS- Tá bom então, ok, está entendido.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Tá, agora eu passo a palavra para o Sr. José ramos, por favor, Sr. José ramos.

JOSÉ RAMOS- Olá, bom dia, é uma das dúvidas foi essa que Juliano acabou de comentar, né? E quando houve a apresentação, eu lembro que nós participamos da, pela Câmara técnica né, na discussão sobre esse empreendimento, né? E agora é me veio a questão, sempre a questão é socioambiental nesse caso, é uma das coisas que é da experiência que eu tenho da CT de 10 anos, e hoje a gente sabe que a Raposo Tavares, em termo, em termos de trânsito, né? De veículos, né, e nos horários de pico é extremamente congestionado, né? Então eu lembro que na discussão nós é, foi referendado essa questão do terminal e o corredor de ônibus etc e tal, então quando é quando se menciona, a não tem impacto no condomínio né, que impacto no condomínio está tecnicamente lá todo mensurado pelos seus profissionais, etc, mas no decorrer da ampliação deste corredor, ele vai ter impacto sim, né? Desapropriações, então, todas essas questões sociais serão envolvidas? E aí eu fico a pergunta, essas desapropriações vão ser do erário público da prefeitura de São Paulo ou vai ser do próprio condomínio? Porque vamos dizer, eu passo pela Raposo todo dia, então eu vejo residências que vão ser retiradas para beneficiar um condomínio que está a 18 km dessa residência e como está se tratando isso? Eu me recordo que nós não avaliamos essa questão quando da Câmara técnica, né? Quando a gente começou os primeiros, os primeiros comentários sobre isso, então essa é uma preocupação que eu gostaria de colocar em termos sociais, porque com a instalação desse terminal e aí, vejam só, nós vamos ter um aqui 5000

unidades, praticamente 40, 50.000 pessoas. Na verdade, nós vamos instalar uma São José dos Campos neste local, então é essa preocupação, o impacto, sim, ele vai acontecer socialmente fora do condomínio, como acontece aqui no nosso caso aqui no rio campos do sul, o empreendimento é bonito e tudo tem (inaudível) de comprar, mas o que que vai acontecer com os bairros a montantes, não é? Então é essa mesma, essa mesma pergunta que eu deixo é para análise, inclusive futura, é como Juliano acabou de mencionar para ele de como vai ser tratado esse assunto da ampliação da Raposo, suas desapropriações e de qual e de quem vai pagar esse custo todo, né? Se é o próprio erário ou se é o próprio empreendimento, essa é uma colocação, bom dia.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Obrigado pela sua colocação.

JULIANO FORMIGONI - Eu acho que, José ramos, eu acho que isso aí, ele tem o empreendedor tem que tratar dentro do estudo ambiental que vai ser analisado pela gente, até em cima daquele capítulo específico de empreendimentos localizados, tá? Então, nós vamos ter a atenção de analisar isso sim, só para deixar claro, está bom, obrigado.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Obrigada, Juliano. Sra. Verena, haveria alguma posição.

VERENA ARANTES BALAS - Não, não, não tenho, porque na verdade eu entendo que essa reunião não, não trata mais de licenciamento né, na verdade, a gente dá dando ciência aos senhores todos da alternativa que nós, empreendedores tivemos a iniciativa de criar que, eventualmente, podíamos ficar aguardando também o processo judicial que corre entre áreas apropriada e prefeitura com vontade de viabilizar essa contrapartida, e esse importante equipamento para o empreendimento e para o município de São Paulo, propusemos uma nova área com relação ao licenciamento, corredor de ônibus e demais contrapartidas acho que está muito bem definido na licença e no próprio estudo que foi aprovado, mas de qualquer forma, me coloco também à disposição e como Juliano falou, inclusive já protocolamos estudos de viabilidade ambiental na Secretaria do verde e certamente vão dar continuidade aí de análise técnica em conjunto.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Obrigada, Verena. A próxima fala da Senhora Andréa Franklin, por favor.

ANDRÉA FRANKLIN - É bom dia a todos, é, vocês estão me ouvindo? Troquei de fone estava com problema.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Estamos sim.

ANDRÉA FRANKLIN - Obrigado. É parabéns pela apresentação, peço desculpas que eu entrei estava em outra reunião, entrei peguei a metade aí no quarto slide que o Claudio estava apresentando, mas eu acho que eu consegui entender um pouco da proposta, na verdade, eu vou pontuar aqui algumas dúvidas e se por um acaso já tiverem sido explicados no slide que eu perdi, eu peço desculpas, mas eu faço questão de repetir, para que todos saibam qual

que é a minha preocupação aqui, eu acompanhei o processo de licenciamento na época desse empreendimento, quando foi dado a LAP, eu me recordo que uma preocupação muito grande que o grupo do CADES teve e a Secretaria é também a Secretaria do Verde foi com relação às fases que esse empreendimento ia ser implantado, né? A gente tinha muita preocupação, era uma preocupação, inclusive, na área de transportes, também que na época estava no SPTrans, de que tivesse, o terminal chegasse no momento em que ele conseguisse dar conta das demandas das pessoas que já estivessem morando nesse local, porque a gente está falando de um local onde tem muitos, né? Terão muitos, muitas pessoas, quase que uma mini cidade ali, né? Como o colega falou, e a primeira preocupação é saber a gente aprovando essa localização, eu tomando ciência dessa nova localização do que em que tempo esse terminal está relacionado as entregas que já estavam previstas no licenciamento do reserva Raposo como um todo né, eu tenho certeza que a equipe do Juliano vai estar atenta a isso, mas acho importante deixar registrado né, que essa mudança de local ela tem que ter um olhar de que agora ela talvez dependa de outras frentes, pode ser que essa área do terminal já esteja muito mais à frente do que a outra, que a gente nem conseguiu desapropriar, então em tese eu acho que o tempo ajuda aí, né? Vocês estão com uma área que está liberada para começar assim esse terminal a qualquer momento, então ele poderia vir antes, então estou entendendo que essa mudança, inclusive, ajuda na questão de tempo, ele poderia vir antes, estaria ajudando para depois virem os prédios que estão previstos aí para cima, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto, eu concordo com o José Ramos também, embora o Cláudio, tem vasta experiência nessa área e tem, é dito que não terão outros impactos, né? Eu discordo nesse ponto, porque o terminal terá sim, outros impactos que não foram previstos para esta área, que antes era só prédio. Então, ainda que esses impactos estejam mitigados, compensados nesses estudos que eles vão fazer os impactos terão, quais são as medidas mitigadoras e compensatórias? É uma outra história que o próprio estudo vai ter que apontar, mas a gente não tinha uma condição de prédios em cima de um terminal, essa condição está vindo agora e ela é uma novidade, quando o ponto de licenciamento ambiental tem sim impacto diferente, para este processo. É aí, de quem (inaudível) no final, quando a gente fala, o Juliano falou que a gente não está deliberando nada nem lugar, eu queria é ter esse entendimento, a essa MP que disse ok para o lugar, mas do ponto de vista ambiental, esse ok só virá a hora que tiver esse estudo ambiental feito, avaliado, tiver um parecer da equipe técnica dizendo que ambientalmente ele é viável. Então essa localização, eu estou entendendo que ainda não está aprovada, ela está para análise, é uma proposta que o empreendedor está colocando, isso também queria entender esse ponto, eram essas às observações, obrigada.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada Andréa. Verena.

VERENA ARANTES BALAS - Eu vou falar. Andréa primeiro bom te ver, lembro de você. Acho que a gente não está se vendo que quando eu ligo a minha câmera ela acaba, ela acaba é paralisando um pouquinho. É, respondendo a tua primeira pergunta, a ideia é justamente é, com a nova área também a gente sair dessa espera de resolução jurídica entre o proprietário da área, inicialmente prevista e prefeitura e a gente conseguir é iniciar esse terminal o quanto antes, atendendo exatamente o que está especificado dentro da licença do empreendimento, que é início das obras ainda na primeira fase, término até a terceira, pretendemos terminar antes do final da primeira fase, essa é nossa intenção, é o que nós estamos procurando fazer. Com relação aos prédios em cima e o impacto ambiental, obviamente, eu acho que é o Juliano e equipe da Secretaria do verde e demais, né? Envolvidos vão estar, vão estar avaliando os impactos, eu, eu antecipo, eu, eu acho que o empreendimento ele já foi aprovado com um terminal rodoviário, já foi aprovado com os com as mesmas Torres, até eu estou reduzindo um pouco as unidades em virtude da de colocar o terminal em baixo, mas vou estar acompanhando isso com os técnicos da Secretaria do verde, esse novo estudo que a gente apresentou.

CLÁUDIO GURDOS – (trecho inaudível) Bom te ver Andréa, tá? Você também tem uma larga experiência e você sabe que os impactos de instalação são diferentes do impacto de operação somente de um terminal, eu me referi aos impactos de instalação, se você fosse só construir o terminal naquela área do (inaudível) ou só construir os prédios, são obras da construção civil, né? A gente sabe que é movimento de Terra, a vegetação teria que ser retirado, né, como foi. Então teve TCA, impacto de erosão, assoreamento, ruído, emissão de particulado e outras coisas mais. Então, me referi ao impacto de instalação, que foram devidamente avaliados, identificados no EIA-RIMA, tá, você sabe que eu não conheço essa, essa parte que eu participei disso, e então como o EVA também vai ser objeto de licenciamento ambiental específico. Com certeza, né, ele vai ter uma licença de instalação com EVA, depois vai ter uma licença de operação, atendendo às exigências da licença de instalação, né, alguns impactos da operação, né, vão ser identificados e vão ser avaliadas futuramente, né, então agora é nessa fase de instalação, que vai ter o terminal embaixo, fazendo instalação, não vai ter nenhum ônibus entrando lá ainda, então vamos ter os prédios em cima, né? Então eu acredito que os impactos que foram, né, avaliados durante o EIA-RIMA e das complementações posteriores é, nós praticamente, são as mesmas, tá.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada. Agora passo a palavra para o Sr. Rodrigo Ravena, que está com a mão levantada. Cortou, está sem áudio.

RODRIGO RAVENA– O que eu queria destacar é que a apresentação da alternativa locacional é justamente para garantir o faseamento previsto pela licença dada pelo CADES. Então, o empreendimento é grande e a ausência de terminal de transporte público na região, que estaria inviabilizado por uma série de questões que já devem ter sido explicadas, mas

poria em dificuldade, o cumprimento da licença que foi dada por esse conselho, então a ideia é que os impactos e as avaliações sejam acompanhados pela Secretaria durante o sequenciamento aí de licenças de operação e outras fases que vão decorrer da implantação deste ou do terminal da forma como estava, mas é, principalmente, é garantir que o faseamento aprovado por este conselho seja cumprido, esse é o ponto, porque o não cumprimento do faseamento prejudica, prejudicaria a licença desde o início e foi um debate grande entre a Secretaria do verde, Secretaria de transportes e até o próprio empreendedor para achar alternativa locacional que garantisse o cumprimento da licença dada por esse conselho. Então era isso que eu queria destacar.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Obrigada Sr. Chefe de Gabinete Rodrigo Rodrigo Ravena. Diante de mais alguma manifestação, Sônia Hamburger, sua mão está levantada, por gentileza.

SÔNIA HAMBURGER- É, eu só queria destacar que esse processo todo é um processo que já vem há bastante tempo, né? O raposo aqui para a gente é um empreendimento que foi muito discutido, sinto muito mesmo não ter recebido essa, essa, essa convocação e a documentação toda e é ressaltar aqui a faixa da Raposo até o final da Raposo seria muito importante de ser considerada independente da contrapartida específica dessa, dessa, desse empreendimento, porque é uma solicitação da comunidade aqui do Butantã há bastante tempo, a faixa na Raposo do começo até o fim, obrigada.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Obrigada, eu quero também agradecer o Sr. Cláudio Gurdos, a Sra. Verena Arantes Balas e o Sr. Pedro sobre excelente apresentação de hoje. Agora nós temos mais uma, por último a Andréa levantou a mão, vai falar com alguma pessoa Andréa?

ANDRÉA FRANKLIN - Sim, eu vou falar rapidamente para não tomar muito tempo. Agradeço os esclarecimentos, ficou claro para mim agora Claudio que você estava falando da fase de instalação. Então, de fato é isso. O que é, o que, o que preocupa em termos de compatibilidade é ao coração, né? Porque a gente está trazendo uso misto, é, mas isso vai ser observado durante o estudo, acho que ele não é o problema é, permanece uma dúvida para mim, talvez seja para, para quem já está fazendo, trabalhando nesse projeto, né? O Pedro e o pessoal da MULTIPLAM, mas em relação a questão legal, né, a gente está trazendo uma área pública que é o terminal para uma área privada, então assim é que no qual o órgão, qual a anuência que a gente tem que ter para garantir que esse uso misto é um uso permitido, né? Dessa laje está prevista para o terminal e exclusivo do terminal né, para a gente não ter, não, não ter, não correr um risco no futuro de que eventualmente uma questão legal inviabiliza essa compatibilidade de uso e essa área possa estar sendo usada para qualquer outra coisa que não terminal, né? O que nos garante legalmente, é para ter mais, é certeza e firmeza de que a gente está com os passos do terminal é reservado porque as surpresas acontecem,

né? Quando a gente previu a desapropriação dessa área, que agora não deu certo, a gente tinha certeza que ia dar certo passou todo esse tempo, infelizmente, não foi possível por uma questão legal, então assim, é desta forma que está sendo prevista agora eu acho que é a melhor solução, mas legalmente eu não consegui entender que instrumento que dá essa garantia. Obrigado gente, pelo esclarecimento que eu lhes faço.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Obrigado Andréa. Sr. Claudio quer acrescentar alguma coisa? Antes da (inaudível) da Andréa.

Claudio – Oi, está me escutando?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Sim, Sr. Claudio

CLÁUDIO GURDOS – Eu acho que o mais legal é o plano diretor de 2014, porque infraestrutura, né, então a infraestrutura de transporte ele pode, ele tem que ser feito para viabilizar 'socio' né, SOCIOAMBIENTALMENTE o empreendimento, assim como as creches as UBS tudo que tiver lá dentro do empreendimento né e saneamento básico, se essa, se essa infraestrutura não existe o empreendimento também não existe, não é aprovado né, como a Adriana falou esse empreendimento passou por vários órgãos, todos se manifestaram. Todos né, calcularam o número de pessoas que tem nesse empreendimento, a então aqui vão ter que ter 2 (duas), 3 (três) creches, 1 (um) céu, vamos ter que ter uma UBS ou que seja, aí e aí a infraestrutura de transporte também, tá? Então, que dá base legal nisso, né, é o plano diretor de 2014. Lá tem um capítulo específico sobre a infraestrutura e a infraestrutura pode ser feita em qualquer lugar, né, desde que não se seja (inaudível) área, não sei o que, não pode ser em zona especialmente ambiental que prejudique, se tivesse uma floresta ali tal ou alguma área alguma unidade de conservação, que não é o caso ali de dentro da área do Reserva Raposo, então o PDE da base legal para o empreendedor fazer esse empreendimento para dentro.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Obrigada Sr. Cláudio.

ANDRÉA FRANKLIN - Eu posso fazer uma, só uma colocação que eu ainda estou em dúvida, gente, desculpa, é Cláudio, eu entendi isso, eu sei que está previsto esse instrumento no PDE, a minha dúvida é: qual é o órgão da prefeitura que a gente vai dizer assim, aqui vai ter um terminal, em cima vão ter residências e isso está ok, do ponto de vista de uso, essa é a minha dúvida. Vai ter alguma pergunta para algum órgão público? Seja SMUL, seja super urbanismo, talvez acho que é super urbanismo que vai poder dizer, eu não sei qual é a área da prefeitura que vai dizer que esse estudo, esse uso compatível, tá? Talvez o Rodrigo Ravena possa ajudar na minha, na minha dúvida, obrigada.

RODRIGO RAVENA – Andréa, você tem razão, é, é. Vai precisar de um, de uma licença urbanística ou uma concordância urbanística que basicamente já está dado, a prefeitura está licitando terminais para a construção dos terminais da prefeitura, estão sendo licitados para construção em cima. Então, muito provavelmente o que a gente vai pedir aqui na Secretaria

do verde é a concordância na continuidade da licença de operação, é a concordância do, do órgão de licenciamento urbanístico para esta proposta que está sendo feito, mas já, já adiantando que os terminais estão em fase de licitação para a construção em cima deles, então a licença está no PDE e uma consulta simples a Secretaria de licenciamento ou mesmo, eu acho, concordo com você a SP Urbanismo para garantir a regularidade da obra e essa consulta deve ser feita e será feita com certeza.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada RODRIGO RAVENA, pela sua declaração. Tem mais alguma manifestação? Para assim passarmos para o segundo ponto do expediente. Diante do. Sr. Ângelo? Sr. Ângelo, o seu microfone está desligado.

ÂNGELO IERVOLINO– Ângelo sociedade ambientalista leste, leste 3. A minha questão aproveitando que entrou em pauta esse assunto desse empreendimento, eu há muito tempo venho solicitando e não passou pelo CADES a questão do empreendimento copa do povo, que fica em frente o planetário, a lá no de Itaquera e dentro da área de amortecimento do parque natural. São 10.000 (dez mil) unidades de apartamento no local que a (trecho inaudível) que não tem nenhuma estrutura e talvez por uma manobra do empreender eles conseguiram fazer o projeto, o projeto de uma forma que não passasse para aprovação aqui no CADES e eu gostaria que vocês tenham alguma notícia a respeito disso, obrigado tenha um bom dia a todos. Bom dia, RODRIGO RAVENA.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Bom dia, Sr. Ângelo. Agradeço a apresentação dos senhores Verena, o Sr. Cláudio e o Sr. Pedro. Diante disso, vocês estão dispensados na sua reunião ou se vocês fiquem convidados para a próxima.

VERENA ARANTES BALAS– Obrigada.

CLÁUDIO – Obrigado.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Obrigado, obrigada Sr. Claudio e Sr. Pedro. O Rodrigo Ravena levantou a mão, por favor.

RODRIGO RAVENA – Ângelo boa tarde, bom te ouvir e bom saber que você está bem. Diante das circunstâncias todas, é a questão lá da copa já encerrado esse item só para te dar esse esclarecimento a questão da copa do povo, é que o empreendedor, neste caso específico do Raposão, optou por uma licença muito mais complexa do que necessariamente ele deveria ter e a opção da, do empreendedor na copa do povo foi pelo licenciamento, é mais simplificado, mas o que não significa que a gente não está de olho que está acontecendo e tem algumas travas lá que eles ainda não superaram, mas a gente está, está de olho e eu vou propor aqui quando for o momento que a gente faça uma apresentação da situação atual daquela região tá bom, obrigado.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigado Sr. RODRIGO RAVENA. Passando para o segundo ponto do expediente. Apresentação do tema contribuição da Secretaria do Verde e Meio Ambiente para o enfrentamento das mudanças (inaudível) do

clima e de suas consequências na cidade de São Paulo. (trecho inaudível) pela Sra. Laura Ceneviva Vieira (inaudível), está presente? Peço por gentileza para às pessoas desligar o microfone.

LAURA CENEVIVA- Estou aqui.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Bom dia, Sra. Laura.

LAURA CENEVIVA- Bom dia. Tudo bem, obrigada pelo convite.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada a Sra. por estar apresentando hoje conosco.

LAURA CENEVIVA– Sim, posso começar?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Pode sim, Senhora. Fique à vontade.

LAURA CENEVIVA– Então eu vou compartilhar minha tela e vou começar. Ainda não entrou, vamos ver se entra. Foi, entrou para vocês?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Para mim, a tela preta, para os demais? Correto, então por favor Sra. Laura.

LAURA CENEVIVA– Tá, então entrou. Bom, então é bom dia a todos, é um prazer estar aqui no CADES, eu mesmo fui coordenadora do CADES muitos anos a um bom tempo atrás. É um colegiado que tem uma responsabilidade enorme para com a melhoria da qualidade de vida aqui em São Paulo. Eu vim trazer hoje é a apresentação sobre as contribuições da Secretaria do verde para o enfrentamento da mudança global do clima e também das consequências dela em São Paulo. Foi muita coisa que a gente fez ao longo dos 30 anos que temos desde que foi assinada a convenção do clima até agora. É, às vezes foram atividades heroicas, às vezes, foram atividades pioneiras, quando não se tinha subsídio para, para aquilo que se pretendia fazer, e tudo mais. É essa, essa eu vou ter uma apresentação que vai, vai ter muito mais informação do que aquela do tempo disponível para falar, mas é, eu achei importante deixar o registro para todos aqueles que se interessarem sobre o assunto tá, e de qualquer forma, eu estou à disposição dos interessados. Bom, então a gente tem que começar, 'ops', aqui, dizendo, lembrando que a atmosfera que é essa coisinha fininha que tem aqui sobre o planeta, a atmosfera tem um monte de questões ambientais, que são as mudanças climáticas, mas também são a camada de ozônio, chuva ácida, mudança do microclima, a poluição do ar eletromagnética, sonora. Tem um monte de coisa que é de questão ambiental, que acontece na atmosfera, é, às vezes elas são misturadas entre si, às vezes, elas envolvem profissionais muito específicos né, e aí é sempre importante quando começamos a falar das questões climáticas globais, do que é que nós estamos falando, né? E lembrar também que a Terra não é uma esfera perfeita, ela é uma pedrona voando no espaço sideral, e nós estamos aí. Lembrar também que o efeito estufa é a coisa positiva que manteve ao longo dos bilhões de anos, o calor que permitiu o desenvolvimento da vida da terra e o aquecimento global é o fenômeno relativamente recente dos últimos 300 anos,

decorrente do incremento das emissões de gases de efeito estufa, que aumentou a temperatura global média do planeta. Aqui não dá para ler, evidentemente, mas eu trouxe como referência aqui nós temos uma linha do tempo que começa em 1984 e acaba aqui em 2020, que está no plano de ação climática do município de São Paulo, é publicado neste ano e que mostra um monte de coisa e a prefeitura já fez para enfrentar a mudança do clima, né, é só uma exemplificação daquilo que já foi feito e eu na sequência retomo lembrando nessa linha do tempo da convenção do clima em 1992 né, e aconteceu que em 93 foi criada a Secretaria do verde e houve várias coisas que começaram a fazer acontecer. O primeiro esforço da implantação do programa de manutenção inspeção veicular, o projeto ciclista, o programa de silêncio urbano PSIU, quem lembra do PSIU? A qualificação técnica dos servidores da Secretaria do verde, concursos de pós-graduação na universidade de São Paulo, um monte de coisa, foi feita naquele momento, naquele momento político, né, de transformação. E lembrar também que em 91 já tinha sido publicada a primeira lei que determinava que em 10 anos, toda a frota de ônibus municipais passaria a usar gás natural veicular, ou seja, São Paulo já naquela época e mesmo antes já estava aí procurando enfrentar a questão climática. Já no final dos anos 80, nos anos 90, olha aí, nos anos 90 a gente já tem um processo de reverberação internacional das questões ambientais de São Paulo e São Paulo participou da fundação do ICLEI do das cidades Unidas e governos locais, da Mercocidades e um monte de outras questões ambientais que surgiram, lembrando que em 1997 foi assinado o Protocolo de Kyoto, ou seja, a ação ambiental que foi amplificada pela Secretaria, pela criação da Secretaria do verde e do meio ambiente pulou para fora da cidade de São Paulo e adquiriu um caráter Internacional já no final dos anos 90. Depois, no começo do século 21, no começo dos anos 2000, nós tivemos uma grande mudança com o secretário Adriano Diogo que enxergou a cidade de São Paulo como protagonista no cenário Internacional e, nessa condição, ela precisava se apropriar das questões climáticas, o protocolo de Kyoto tinha acontecido em 97, não é? E aí a cidade tinha que se apropriar dessa questão, tanto para continuar como interlocutora qualificada em uma economia global, mas também para começar a se preparar para superar os impactos da mudança do clima. Naquela época, foi contratada a Coppe para realizar o nosso primeiro inventário de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa. Que eu não tenho certeza, mas acho que foi o terceiro publicado no Brasil. Foi feito um treinamento inicial dos funcionários da Secretaria do verde e houve a instalação da usina de biogás para aproveitamento do metano gerado para a produção de eletricidade através da aplicação do mecanismo de desenvolvimento limpo e geração de créditos de carbono para a prefeitura de São Paulo, ou seja, foi um processo muito amplo de concretizações da questão climática no município de São Paulo. Lembrando que, em 2004, foi iniciada a vigência objetiva do protocolo de Kyoto, com a decisão da Rússia, só então, ele começou a vigor. Já no final da primeira década do século

21, muita coisa foi feita também, foi criado o comitê de mudança do clima e eco-economia, foi instituída a política ambiental de mudança do clima. Foi, é, tinha sido concluído Atlas ambiental do município de São Paulo, foi criado o grupo executivo da prefeitura de São Paulo para melhoramento cicloviários, por exemplo, eu vi agora na apresentação anterior, o Pedro Rama, da SPTrans, o Pedro era parte do grupo executivo da prefeitura de São Paulo para melhoramento cicloviário, o pró ciclista e o pró ciclista, ele é que instituiu com as características técnicas que aquele objeto tem, sabe esse “U” invertido para estacionamento de bicicleta amarelo, que hoje em dia a gente vê em toda a cidade, nós é que fizemos isso, a padronização desse mobiliário urbano. Foi instalada a segunda usina de biogás para aproveitamento de metano gerado no aterro, foram realizados 2 leilões internacionais de crédito de carbono, que foram inéditos no mundo, foi contratado mediante uma licitação Internacional, segundo inventário de emissões de gás de efeito estufa. É foi ampliado o número de parques, ampliado o número de parques na cidade de 32 para mais de 100, inclusive os parques lineares para acomodação das águas de chuva, né, a retomada das margens dos córregos para suportar é chuvas extremas, então só para exemplificar a quantidade de coisas que a Secretaria do verde é, tinha feito já até o final da primeira década do século 21 e considerando que São Paulo é uma cidade, é, que tem de tudo né, a gente vai de onça na floresta, até a maior cidade do hemisfério sul e a maior cidade das Américas, então, tudo aquilo que se faz aqui gera interesse Internacional. Depois, já em meados da segunda década do século 21, nós temos a enorme expansão das faixas exclusivas e corredores de ônibus pelo território municipal, que é uma coisa que ao aumentar a velocidade dos ônibus, diminui as emissões de poluentes veiculares, foi lançado o primeiro plano preventivo chuvas de verão, ou seja, na hora que nós enfrentamos os é, eventos climáticos extremos, nós temos uma melhor condição de superação desses mesmos eventos extremos no Plano Diretor Estratégico, entrou objetivamente na qualidade de objetivo estratégico né, que nós devemos contribuir para a mitigação de fatores antropogênicos e porque antropogênicos, porque a natureza emite gases de efeito estufa, seja por, pela própria, pelos próprios processos naturais, seja por vulcão, um monte de coisa, é natural, teve sempre. O que não houve na história do planeta, foi a nossa interferência humana, então, são os fatores antropogênicos que contribuem para a mudança do clima, inclusive a redução e remoção de gases de efeito estufa e também adaptação aos efeitos reais ou esperados das mudanças climáticas, isso entrou já como objetivo no plano diretor, teve o plano de mobilidade e uma série de coisas mais. É importante lembrar nesse momento, tanto da Encíclica Laudato Si do Papa Francisco, que é um chamado inacreditável, independentemente da religião das pessoas, é só pular a parte que fala o Santo isso, Santo aquilo, mas é um documento maravilhoso que mostra que nós, nós, humanidade, recebemos um planeta e a gente tem que pensar o que é que nós estamos fazendo com esse planeta, então é a Encíclica Laudato

Si, teve um apelo moral que foi muito importante pro movimentar lideranças no planeta inteiro, independentemente de religião. E aconteceu que em 2015 também foi assinado o acordo de Paris, quando, pela primeira vez, os países concordaram em manter o aquecimento global no máximo de 2°, mas preferencialmente 1° e meio de aquecimento global em 2100, aconteceu também depois que o acordo de Paris foi assinado. Bom, então tá, todo mundo, ninguém quer aquecimento global maior que 2°, e como é que faz isso? Silêncio no salão foi endereçado à pergunta ao IPCC, que respondeu, que respondeu que nós temos que cortar 100% das emissões de gás de efeito estufa até 2050 para ficarmos com o aquecimento global em 1° e meio, ou você é 100% das emissões de gases de efeito estufa até 2075 para ficar com 2°, então é isso que está se discutindo, o homem desde que foi ascendendo a posição de topo da cadeia alimentar na vida do planeta ele se apoiou no carbono, desde que pegou um pedaço de pau e controlou o fogo, está queimando aquela lenha, ele ainda está apoiado no carbono do petróleo, que é o que: lenha fossilizada. Então nós vivemos um momento de infecção civilizacional, é disso que se trata. Aqui nós temos a apresentação do último inventário que nós publicamos, que é o período 2010 a 2017, estamos em processo de elaboração do 2018 e é possível ver, por exemplo, que a gente fica numa quantidade de emissões. Ops, espera aí. Onde vamos dizer assim de 15.000.000 (quinze milhões) de toneladas de CO2 equivalente. A gente observa também que em 2014, o ano da crise hídrica, nós atingimos quase dezessete milhões e meio de toneladas. Por quê? Porque ligou as termoeletricas. Quem puxou esse valor para cima foi o uso de combustível fóssil para geração de energia elétrica. Então, isso é uma amostra muito clara da responsabilidade nossa com relação às emissões, aqui nós tivemos que estamos mais ou menos por volta dos nove milhões de toneladas para transporte e devemos diminuir essa quantidade cada vez mais com o aumento do uso da matriz elétrica, no entanto, é a energia estacionária que é aquela energia que é consumida por equipamentos né, estacionários, seja energia elétrica, por exemplo, numa geladeira, numa máquina, numa indústria, isso é energia estacionária, mas pode ser também o gás liquefeito de petróleo para cocção, o gás que a gente usa para cozinhar, pode ser o gás natural para esquentar água. Enfim, essa energia estacionária ela vem num processo de crescimento e nós precisaremos, aumentou muito em 2014 porque não tinha água e nós precisamos enfrentar também a as emissões daqui decorrentes. Resíduos continua crescendo, mas ainda não é tão relevante. Aqui a gente tem, eu não vou me esticar. É claro que a emissão dos transportes é a mais importante, mas a energia estacionária que é a resultante da soma dessas 3 (três) colunas, o residencial, comercial e o industrial também monta, elas se somadas, viram dar mais ou menos por aqui, é um valor expressivo. Aqui nós temos na cidade de São Paulo a série histórica desde 1933, onde nós vemos aqui a temperatura média anual constantemente subindo, saindo de mais ou menos 15° e chegamos aqui em 2014 com um valor que está mais ou menos, ops, está na ordem, é

um pouco mais de 18° aqui a média das temperaturas máximas crescendo e a média das temperaturas mínimas crescendo. Nós vamos chegar em 2000, os mais velhos sabem, antigamente tinha calor no verão, mas à noite você dormia, hoje em dia ninguém dorme mais, os senhores conseguem imaginar como vai ser em 2100, com mais ou menos mais 3°, ninguém vai conseguir viver na cidade e os investimentos que a gente tem aqui eu não sei como é que vão ficar, nós temos que começar a pensar o que é que nós vamos fazer para mitigar estas temperaturas. Aqui a chuva também tem um, essa linha pontilhada mostra a tendência histórica, a gente observa um aumento de máximas e mínimas e a gente, em tese, vamos continuar tendo é água, se a tendência histórica continuar, é o conhecimento que temos até o momento mostra que essa, vamos continuar tendo água, mas existem modelos que mostram que essa água aqui, que ela não vai mais continuar existindo até 2100, nós podemos estar aqui em baixo, então isso também é um problema a ser enfrentado. Aqui nós temos outra coisa que é muito interessante de ver, a variação da mortalidade por causas naturais em função de mudanças de temperatura em algumas cidades brasileiras, isso aqui, essa linha central 'pontilhadinha' aqui ó e tem todas as cidades aqui, mostra a temperatura na qual menos morre gente, ou seja, é a temperatura para essas sociedades que é mais legal de viver. As linhas tracejadas, essas linhas aqui mostram, as temperaturas a partir das quais seja para mais frio, seja para mais quente, é, é, começa a morrer, gente. E aí a gente observa o que, que em Manaus, por exemplo, é a temperatura de conforto dos manauaras, vai estar entre pouco mais que 24 e pouco mais que 30°, se a gente olha em São Paulo vai estar mais ou menos, é 13°, mais ou menos 26°, ou seja, o ser humano o corpo do ser humano tem uma capacidade adaptativa e ele vai se acostumando com as condições ambientais, em São Paulo 13, 27 em Manaus 24, 31 vamos dizer assim, né. E nas outras cidades? De mesmo modo, mas é esse mesmo que a gente pegue esses, esse, essa banda de variação da temperatura, por exemplo, a partir de um certo ponto, começa a morrer, gente, e a gente tem que ter clareza disso para poder adotar as providências necessárias para mitigar as temperaturas, por exemplo, hoje falamos de um empreendimento habitacional, tem que prever, claro, as áreas verdes e o processo de arborização e outros processos de minimização das temperaturas e também das emissões de gases de efeito estufa. Aqui, por exemplo, nós temos um mapa que é o risco de que mostra o índice de risco de estresse térmico no município de São Paulo. Aqui a gente considera, por exemplo, é, tem é densidade populacional, densidade construtiva, acesso aos serviços de saúde, índices de doenças e tudo mais. E a gente identifica, por exemplo, que nestas áreas aqui há um alto índice de risco de estresse térmico, as pessoas vão morrer se as temperaturas aumentarem mais do que a, vão morrer, por exemplo, nas áreas vizinhas, então, essa é uma referência, por exemplo, fundamental para a definição de zoneamento no município de São Paulo, por exemplo, é um, é um tanto esta quanto é as a as ações anteriores, elas não foram necessariamente

realizadas pela Secretaria do verde, mas são atividades que contam com a participação de funcionários da Secretaria do verde para produção desse conhecimento e para disseminação desse conhecimento, para quê? Para que todos os elementos da sociedade possam se apropriar desses conteúdos, saberem o que vai acontecer e cada um toma a decisão que vai lhe interessar para sua própria vida. Nós temos que pôr em movimento à sociedade para melhorar aquilo que seja a própria vida. E aí, aqui vem um outro exemplo, um mapeamento da cobertura vegetal no município de São Paulo, que é fundamental não só para a minimização das temperaturas, mas também para garantir a infiltração das águas, a minimização das cheias o balanceamento genético dos animais que vivem na cidade, diversidade genética e tudo mais. Nós temos essas informações, né, que foram consideradas as formas vegetais superiores a 2 m de altura e dosséis maiores que 40 m² e isso resultou numa informação de que quase metade do município tem cobertura vegetal e mesmo com toda essa cobertura vegetal, nós temos problema. É óbvio que, por exemplo, essas regiões têm muito pouca cobertura, precisa aumentar essa cobertura vegetal para melhorar a vida nessas regiões, enfim, isso foi uma coisa que foi feita completamente pela Secretaria do verde e tem uma informação para os Senhores ter uma ideia, a gente vê nos jornais, por exemplo, não sei se já ouviram falar. É uma torre na Amazônia que pesquisa toda a atmosfera daquela região e a sua importância para o planeta, ali foi gerado uma base de dados que chama base LIDAR que a única outra que tem no Brasil, é esta que foi usada para fazer este trabalho, então só mostrar como são algumas atividades excepcionais que a prefeitura de São Paulo, através da Secretaria do verde faz, né? E não apenas isso, nós temos também o plano municipal da mata Atlântica, o plano de conservação e recuperação de áreas prestadoras de serviços ambientais, o conceito de serviço ambiental é muito importante, que são aquilo que a natureza dá para a humanidade. O plano municipal de áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres, o PLANPAVEL, isso sem falar nas mais de 300 escolas sustentáveis, atividade que é realizada com a Secretaria municipal de educação, a população que é a Secretaria de educação gerencia nas escolas vai ter que se virar com o que vai acontecer daqui a 10,20,30,40 anos, então nós precisamos já começar a trabalhar com essa população para melhorar a condição de vida é nas próximas décadas e também é importante lembrar que a Secretaria do verde faz a Secretaria executiva da comissão ODS que já publicou a agenda municipal 20 e 30. Nós fizemos também a coordenação da elaboração do plano de ação climática do município de São Paulo. Esse plano ele enxerga a cidade é neutra em carbono em 2050, alinhando a cidade de São Paulo ao acordo de Paris. Nós nos qualificamos como interlocutores e como protagonistas no cenário Internacional. Por que isso? Porque a gente precisa garantir ou procurar garantir a nossa condição. É relevante política, econômica, socialmente, culturalmente, tanto no Brasil como no cenário Internacional. Não perder o posto que a gente ocupa no mundo. É o plano de ação climática do município de São Paulo, ele

está estruturado em 5 estratégias, a primeira delas, eu já falei que é o rumo ao carbono zero em 2050, cujo foco é o planeta, o planeta é aquele geoide que eu já mostrei para os senhores, navegando do espaço Sideral, estamos todos nesse mesmo barco, então é essa é a primeira estratégia que objetiva o próprio planeta, nós vamos e nós estamos enxergando a nossa contribuição para eliminar as emissões de gases de efeito estufa. É, é claro que todo mundo está nesse, nessa mesma história, todos nós temos que enxergar como nós vamos fazer isso. Além disso, nós precisamos adaptar a cidade de hoje para o amanhã, todo o nosso processo decisório, nosso conhecimento, produz uma cidade que pode não ser mais viável amanhã, nós temos que começar já o nosso processo de adaptação, temos então, é aqui 11 (onze) ações indicadas para é que olham o nosso, a nossa cidade né, nós estamos aqui. É depois, a outra estratégia é proteger pessoas e bens, que que nós enxergamos aqui. Eu, eu vou me ferrar ou eu vou me, eu vou perder as minhas coisas que nós precisamos fazer para proteger pessoas e bens. É a quarta estratégia é mata Atlântica, que é o nosso bioma. Precisamos de você. A gente precisa que o nosso bioma funcione para que nós continuemos a poder viver neste lugar e, por fim, a última estratégia é gerar trabalho e riqueza sustentáveis. A gente quer continuar a viver nesta nessa cidade com a condição de vida melhor que ela possa oferecer. E aqui, o que que a gente olha? Sobreviver, como nós vamos viver aqui. Enfim, o plano de ação climática e ele, essas ações que foram identificadas aqui, elas foram consideradas como um poder de arrasto de geração de muitas outras ações para iniciar o processo de transformação na cidade. O plano de ação climática tem que ser revisto, no mínimo, a cada início de governo e cada governo tem que dizer o que é que ele vai fazer com relação a tudo isso. A Secretaria do verde coordenou tudo isso e no dia seguinte que o plano foi institucionalizado essas competências saíram da Secretaria do verde e foram para a Secretaria de governo municipal. E é uma foto do dia 19/08/2019 que foi o dia que virou noite em São Paulo por causa da fuligem da queimada da Amazônia, a realidade está sob os nossos olhos, a gente tem é que enxergar o que é que nós vamos fazer, a semeadura é voluntária e a colheita é obrigatória. Está posto na mesa aquilo que a gente tem que fazer, e a gente tem que enxergar não o aspecto catastrofista, mas as oportunidades que estão postas para todos nós. A gente tem, é só que aprender a olhar a vida com outros olhos para continuarmos nessa condição protagonista que pretendemos. Tenho aqui, aqui está o meu e-mail, estou à disposição de todos. Agradeço mais uma vez a oportunidade e lembrando que a gente precisa de mais do que a imagem lírica da natureza na empena do prédio, tá bom? É isso que eu tinha para trazer os senhores, essa é a contribuição imensa do município de São Paulo e eu gostaria também de finalizar dizendo, os senhores veem que eu não falei de investimentos, eu não falei de captação de financiamento e tudo isso aproxima a cidade de São Paulo de todos os financiadores, obrigado.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Muito obrigado, Laura. Muito bacana apresentação.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Obrigada, viu Laura e lembrando que a Laura é nossa Secretária do comitê de mudança de clima aqui da Secretaria do Verde.

LAURA CENEVIVA – Eu fui, eu não sou mais, é isso que eu falei no dia seguinte tudo foi para governo.

SÔNIA HAMBURGER - É, é isso que a gente a gente está perguntando. Inclusive, foi, foi uma pergunta que eu fiz que o Ramos fez também sobre as responsabilidades dentro da legislação quando esse plano passa para Secretaria de governo, nessa nova Secretaria do clima, o que que, e o que que acontece com relação a legislação, né? Dessa, dessa e essas ações que foram determinadas pelo plano.

LAURA CENEVIVA – Você está perguntando para mim? Eu não entendi.

SÔNIA HAMBURGER - Isso, Laura. Por favor, se você puder esclarecer para a gente, é porque a gente, a gente como a gente é do CADES e o CADES é um conselho muito importante na cidade, como você mesmo disse e tem uma responsabilidade, né, essa, essa transferência de, do plano de do clima, que são ações tão importantes para uma outra Secretaria que não está é vinculada, quer dizer, nós como conselho, do meio ambiente, não, não estamos mais acompanhando ou vinculados ou com alguma responsabilidade como, como legalmente isso se dá dentro da institucionalmente da prefeitura, obrigada.

LAURA CENEVIVA - É assim. É na elaboração do plano de ação climática. Nós tínhamos proposto a criação de uma Secretaria executiva de mudanças climáticas lá em governo, porque nós entendemos que é a questão climática, é uma questão política, é de muitos, muito intensiva em investimento e de alta repercussão social. Então, nós tínhamos proposto a criação desse setor, lá na Secretaria de governo e de uma coordenação técnica na Secretaria do verde, que faria o trabalho técnico relativo à mudança do clima. Essa opção, afinal, acabou não sendo aceita pelo governo. E aí, então, todos os conselhos que eram presididos ou secretariados pela Secretaria do verde foram para governo, outros novos colegiados foram criados, seja para o plano de ação climática, seja para o plano é para gestão climáticas da cidade, seja também é para o gerenciamento de outros planos. Não foi só o nosso, não, foi o plano de mobilidade, foi a criação da autoridade hídrica, foi 'trocentos' planos então foram para lá, a gestão deles, então, houve um processo de centralização no governo e agora a gente tem que esperar para ver o que é que vai acontecer.

SÔNIA HAMBURGER - É. Desculpe só fazer mais uma perguntinha como a gente, eu sou representante da sociedade civil, não é? Esses colegiados que foram criados nesse processo, eles não têm a participação da sociedade civil, pelo que eu entendo.

LAURA CENEVIVA - É assim, tem sim, tem e não tem. É complexo, né. Depende do que que a gente está falando, porque se você pega o decreto nº 60.290 de, no dia do meio ambiente

que foi publicado, de 05/06/2021. É, você vai ver que foi tudo lá para Secretaria de governo. Então, por exemplo, havia 2 os 2 conselhos, os 2 colegiados, desculpa, que eu era a Secretária executiva que eu fazia o gerenciamento, é o comitê de mudança do clima e eco-economia e o comitê gestor da frota, esses 2 (dois) foram para lá, neles havia representação da sociedade civil, de entidades ambientalistas e tudo mais. Foram criados novos conselhos, novos colegiados, tem representação que, que pode se dizer que é da sociedade civil, pode se dizer que são pessoas escolhidas, não é, varia, entendeu? Então, depende do que se está considerando. Por exemplo, o CMTT tem a CONTINUA, que é o conselho de transporte de trânsito CONTINUA em transportes, mas é a gestão do plano de mobilidade foi para governo. Então, é uma situação ainda muito híbrida e que eu acho que vai depender muito da presença da sociedade civil nesses colegiados para ver o que é que vai acontecer.

SÔNIA HAMBURGER – Obrigada Laura

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Obrigada Laura pela sua apresentação. Agora vamos falar com o Sr. José ramos, por favor. Sr. José Ramos?

JOSÉ RAMOS – Estava abrindo o microfone aqui. Bom, eu particularmente agradecer a professora Laura (trecho inaudível), que ela já nos apresentou essa mesma apresentação no CADES, quando ainda não estávamos ainda, em termos presenciais e que é expressamente muito importante. Eu tive o prazer, é professora Laura de trazer aqui na nossa região o climatologista Luiz Carlos Molion. E todos esses substantivos que a Senhora colocou como estresse térmico todas essas questões envolvidas em termos climáticos e agora eu estou aqui, aberto é no norte na Secretaria executiva de mudanças climáticas. E venho, né, nessas últimas reuniões, pedindo a solicitação desta Secretaria e nos, nos apresentar os temas, porque vejam só, nós estamos agora com a eleição do CADES, que eu até hoje não entendo e aí é, me desculpem. Eu tenho 32 CADES que registram em cada cantinho da nossa cidade as preocupações climáticas, sociais e etc e tal e toda a mobilidade todas essas questões, inclusive até nós, estamos discutindo na região da Vila Maria o plano diretor regional até essa para antecipar essas questões e o que é, e esses registros, eles não são, são poucos utilizados nessas fotos. Por que nós utilizássemos as fotos que nós vemos no, no WhatsApp, assim como poderiam fazer com esses registros e inclusive temos casos que nem é, temos subprefeitura que nem tem CADES. Eu digo Jaçanã, né, que é importante Subprefeitura aí que está aqui junto a Cantareira, Serra da Cantareira, mas olhando aqui na Secretaria executiva, eu vejo a exemplo do que a Sonia comentou agora professora Laura, é o comitê instalado aqui, Comitê de mudanças climáticas e Eco-economia, é com frota, outro dia até participei dessa reunião do com frota, não é? Então, ali estão decidindo, é decidindo já e estava lá presente o presidente da Câmara, né, o vereador Milton Leite e ele comentou sobre ônibus elétricos, né, já tem desenvolvimento, inclusive com plantas de energia solar é fora do estado de São Paulo em Minas Gerais para fazer a compensação ambiental. Quer dizer, e aí

no meu, para mim é questões importantes que estão sendo avaliadas nesse comitê. E aí, com a sua orientação agora eu já tinha essa visualização, agora mais completa ainda, porque todas são ações de política de fato é que de que e de ação política, então a gente hoje a gente não tem, eu digo, a gente não tem, a gente não tem essa diferenciação entre a política que o governo federal faz em cima das questões ambientais e, atualmente, também a política que o município também está fazendo sobre as questões ambientais. Veja aqui como ter consultivo de políticas e ações climáticas, aí eu deduzindo em cima do estresse que nós temos aqui na divisa de Guarulhos para São Paulo e eu coloquei agora até não sei se o tornei-me chato na Câmara RIVI que eu coloquei tudo o que está acontecendo aqui de ações que a gente aprovou na Câmara RIVI de um polo logístico, né, que vai envolver caminhões, vai envolver diesel, vai tudo contra o que a COP26 está discutindo, mas tudo bem, é, é um proprietário ele, ele está colocando todo o acervo econômico que ele tem para isso, e de forma incessante a gente está pedindo para que a fiscalização e assim né é a gente espera, seja extremamente rígida porque, nós temos emissões já pesadas, né, inclusive com a presença do Luiz Carlos Molion comentando sobre isso, nós temos emissões de Cumbica, com 500 (quinhentos) voos diários despejando toda a sorte de elementos químicos sobre a gente. Nós temos uma rodovia Presidente Dutra e prezada Laura. É um triângulo das Bermudas aqui, nós temos uma rodovia Presidente Dutra, com 60.000 veículos hora contra uma Fernão Dias com outros 40.000 veículos hora. E fizemos em 2015 para 2016, um trabalho extremamente é, qualificado por parte da faculdade de medicina de São Paulo pelo departamento de poluição atmosférica naquele período chefiada pelo então Dr. Paulo Saldiva. Então, esse estresse, nós vivemos, a morte das pessoas especialmente dos idosos, nesse período de junho e julho já vivemos também porque a umidade relativa do ar chega na casa de 12% em alguns momentos. Então, os idosos são os primeiros a irem embora, não só o fato da pandemia, mas olha o estresse que é produzido e quando é eu, eu posso ficar feliz dizendo olha, nós estamos fazendo de fato política, vamos pegar a COP26 e abraçar o município, temos agora uma participação dessa Secretaria mais forte, próxima do prefeito né, mas olha os CADES Regionais. Eu não vejo essa Secretaria chegar perto, a exemplo do ODS, outro dia assisti uma apresentação de ODS de uma menina, ela dizendo não, não São Paulo já está toda conhecido pelos ODS, nunca chegou na sua subprefeitura de Jaçanã e se eu perguntar para o subprefeito de Vila Maria ele não sabe nem o que é o ODS, então são essas situações que, às vezes, nos causa né, tristeza, mas sempre sabendo que tem a envergadura da, da Senhora professora, assim como do Luiz Carlos Molion, de ter esse histórico base, mas daqui a gente (inaudível) uma política pública direcionada essas questões que já estão em São Paulo, quando você fala 2030, 2040, a Senhora é plenamente otimista e adorei porque é um otimismo que eu faço questão de pegar a Senhora e trazer aqui para a Senhora observar o quanto, o quanto é o estresse causado à comunidade, tanto é das

preocupações que eu coloquei na Câmara RIVI e o Carlos certamente deve ter lido, né? Assim como o prezado Luciano. E aí, arquiteta Zélia e isso é de fundamental importância para que a gente, de fato faça essa conversão da parte política da diretoria executiva, né? Dessa, dessa Secretaria executiva com a Secretaria do verde e juntar e chegar lá na ponta, lá na planta, lá, aqui, junto do nosso espécie esse tipo de comportamento não ficar só na academia, sabe ou nos, nos debates ideológicos que a gente já está cansado de ver uma coisa que vai acontecer em 22, sendo que nem a gente fez o Natal do Ano-Novo de 22, ainda essa eterna discussão, então é só para fechar e me desculpe, a Amazônia é aqui em São Paulo, ela não é lá, nós estamos vivendo uma Amazônia aqui, embaixo dos nossos pés, embaixo da academia, embaixo de vocês todos do conselho, não é? E aí, sem dúvida, é a luta política do Carlos, do Rodrigo Ravena, da gente compreender esse estresse que ele já é real. Ele não é para 2030, tem a certeza disso. Parabéns a Senhora sempre maravilhosa. Eu faço questão de conhecê-la pessoalmente e sem dúvida nenhuma, e nesse momento que vivemos aqui, na divisa de Guarulhos com São Paulo, e olha só é, Professora Laura, uma ação errada que a gente pode praticar agora a gente pode jogar em janeiro, olha, eu estou vindo aqui, inclusive na Secretaria executiva, discussão sobre o plano de verão em janeiro, fevereiro a gente pode jogar quinhentas mil pessoas para baixo de alagamentos e enchentes aqui na nossa região pelo Rio Cabuçu, grande beijo para a Senhora, um prazer revê-la as suas orientações, parabéns.

LAURA CENEVIVA – Obrigada Ramos. É, eu queria fazer só alguns reparos Ramos, e eu acho muito legal isso que você falou dos CADES regionais, era nossa intenção fazer uma rodada geral, depois da publicação do plano de ação climática, o PlanClimaSP, em todas as subprefeituras, porque a gente entende, exatamente o que você falou, é fundamental, já está acontecendo. Então, todo mundo precisa começar a entender o processo para cada um tomar as decisões da própria vida, se preparar para isso, né? Então é, mas agora já não temos mais essa coordenação, então não podemos fazer, quando a gente é convidado, a gente vai, já fui, por exemplo, no CADES da Lapa no, mas é, não é mais na minha competência, eu não posso invadir, né? Outra coisa que além de que já está acontecendo, eu queria fazer 2 (dois) destaques. Um, o Molion é um cara que ele acha que tudo isso é meia boca, né? Então tem que tomar cuidado e a segunda coisa é que é no caso quando a gente fala de Amazônia, o planeta Terra girando no espaço, existe um processo de deslocamento na atmosfera de massas, de umidade e tudo mais e para chover aqui tem que ter Amazônia lá, então, tem que tomar cuidado com isso, quando a gente fala de Amazônia, não é uma boniteza, é a manutenção da nossa condição de vida. E de toda forma, acho muito legal seu comentário no sentido de que é isso, tem que ir na vida como ela é, como você falou, tem lá o CADES no Jaçanã, o cara sabe o que é que está acontecendo na vida cotidiana das pessoas e vai

por aí. A gente tem que procurar levar tudo isso para a pessoa, para o cidadão, né? Bom, é isso que eu ia falar Liliane. Pelo menos com relação a intervenção do Ramos.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada, Laura. É, Sr. Ângelo, levantou a mão também, por favor.

ÂNGELO IERVOLINO - Ângelo Iervolino Sociedade Ambientalista Leste, Leste 3. Primeiramente, parabenizar apresentação da Laura, né, e fazer umas considerações. Há muito tempo atrás eu frequentava agenda 21 da cidade, que eram 10, 12 pessoas que se reuniam aqui na Secretaria do Verde, aí foi feito um seminário na Câmara municipal que deu início aos, os núcleos da agenda 21 é por subprefeitura e a zona leste. Eu acho que é a única que tem o núcleo que é de toda a zona leste que a gente se reunia no Sesc Itaquera, que era, que é comandada pela Cíntia Okamoto. Desde então a gente já falava nessa questão, aquecimento global e todas as poucas mulheres que nós estamos vivendo hoje, e recordando um pouco do passado, às vezes os governantes, eles praticam atos e que acaba prejudicando, hã, no futuro, uma questão seria, São Paulo tinha uma das melhores frota de ônibus elétricos trólebus e por iniciativa da prefeitura ou talvez por interesse privados, foram diminuindo as frotas, fechando as garagem e hoje em São Paulo, nós temos somente uma garagem de trólebus que por mais que seja, é um energia limpa, tá, outra questão por causa de empreendimentos, principalmente construção de condomínios, essas coisas, nós estamos perdendo muita mata, muita mata, muitas áreas verdes para construção de condomínio, inclusive, a próxima pauta é, vai ser citado, um deles que é a copa do povo, que tiraram uma extensão muito grande, era eucalipto? Era, mas era verde e tudo isso vai influenciando essa questão do aquecimento geral, tá, novamente parabenizo a sua prestação, Laura, e vamos ver que se daqui pra frente, porque a gente fazia a agenda 21, era uma agenda para o século 21, agora, nós já estamos fazendo ou uma agenda para o século 30 e daqui e se não for, você vai pro século 50, século 70, tá. Obrigado, Laura.

LAURA CENEVIVA– Obrigada, Ângelo. É você me trouxe várias outras coisas, é muito legal esse envolvimento e a hora que a gente fala era século 21, vamos para 2030, vamos 2040 e faz parte da vida, a gente tem que se preparar, né? Cada um faz o seu próprio planejamento e a gente e esses planejamentos individuais vão se somando para um planejamento mais amplo. No caso, a prefeitura de São Paulo é uma entidade prestadora de serviço público, a prefeitura tem que se preparar para isso que vai ocorrer e mais, é sempre importante a gente pensar é, você nunca pensa porque está lá no seu inconsciente a temperatura na qual você vive, o ambiente no qual você vive, e quando isso muda, se fica meio perdido, né? Por quê? Porque se eu plantava Cambuci aqui em São Paulo e o Cambuci crescia que nem cogumelo, de repente, o Cambuci não cresce, uai, ou cara em Minas Gerais, que planta ainda café, que tem toda uma cultura estabelecida, o cara que sabe consertar o trator, o cara que sabe tratar dos das doenças do café, vai acabar o café lá em Minas Gerais, por que? Porque vai mudar

a temperatura em uma sociedade que vai decair e a gente tem que pensar, não é? O que é que vai acontecer para poder se preparar, então, faz parte do planejamento essa coisa, vai ser dois mil e, 2050 e sempre vai ter planejamento, o tempo vai passando e você me fez lembrar uma coisa que é muito importante, você falou dos trólebus, São Paulo manteve o veículo elétrico por todas essas décadas, o avanço da tecnologia do motor à combustão, que não é o motor elétrico, ele acabou tornando o custo do elétrico muito grande com relação ao motor a combustão, por, tinha um monte de questões, a rede aérea que é antiga, tem um monte de problema, mas a gente tem que pensar o seguinte, São Paulo chegou a ter 10% da sua frota movida a combustível é não fóssil ou que era um é minoritariamente fóssil, que compôs a ECOFROTA, depois a ECOFROTA foi desmobilizada em função de custos envolvidos e é claro que vai ser mais caro no começo, é assim mesmo, é normal, e aí é muito importante eu falar para os senhores um outro papel relevantíssimo da Secretaria do verde, a gente pagou muitos desses investimentos, o avanço que aconteceu em outros setores da administração, foi pago pela Secretaria do verde no começo. Porque? porque é caro mesmo, mas tem que mudar e quem tem, quem, a percepção ambiental ela vem primeiro e aí, no caso, é o meio ambiente que paga e pagou dezenas de milhões de reais para muitos dos avanços que foram feitos, então, mas acontece o seguinte, por exemplo, no caso do ônibus elétrico, ou no caso do motor à combustão, é mais, de melhor qualidade, existe desde 2012, aquilo que é chamado euro 6, desde 2012, no Brasil conseguiram aprovar lá no CONAMA a melhoria do motor a combustão dos ônibus para 2023, quando eu era Secretária executiva do comitê da frota, isso foi apresentado e discutido no plenário, os caras quase se pegaram no tapa os do motor elétrico, gente, vocês trabalham para a indústria automobilística, vocês não enxergam o que vai acontecer com o emprego de vocês? Então é uma discussão muito presente, muito, muito relevante do ponto de vista político, social e econômico. Quem é que vai pagar a conta? Não é. E todos vamos pagar a conta de um jeito ou de outro.

SÔNIA HAMBURGER- É, eu gostaria de, de falar novamente, posso falar?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Pode sim, eu ia falar com você agora.

SÔNIA HAMBURGER- Tá, obrigada. É, eu só queria ressaltar que a gente é a gente vem falando. Eu principalmente venho pedindo para que o CADES retome a sua importância nesse processo de planejamento da cidade, né. Eu acho que a fala da Laura foi muito importante para a gente relembrar a importância do conselho nesse processo político mesmo, né? Então eu, eu resalto aqui a importância do conselho retomar o seu papel no planejamento, nas, nessa revisão do plano diretor estratégico, que é importantíssimo, né? Nessas, nesses processos que estão sendo que estão acontecendo, de aprovação de PIOS sem EIA-RIMA, de operações urbanas, a gente precisa retomar esse processo, que é uma coisa é efetiva, real que está acontecendo, como disse o Ramos e o Ângelo também, né? Esses empreendimentos imobiliários que estão tomando conta da cidade, as alterações de

vias que estão sendo propostas, eu acho que a gente precisa pedir para que todas esses processos passem pelo CADES, porque legalmente teriam que passar. Então, a gente tem que retomar o papel do conselho do meio ambiente na cidade de São Paulo, no planejamento urbano da cidade. Obrigado.

LAURA CENEVIVA – Liliane, você está sem som.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada, Sônia, pela sua contribuição.

LAURA CENEVIVA – Laura, obrigada pela sua apresentação de hoje, foi excelente a apresentação.

LAURA CENEVIVA – Tá, eu vou mandar por e-mail a apresentação para todo mundo.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Isso, a Vivian estava questionando, eu te agradeço.

LAURA CENEVIVA – Obrigada viu, obrigada.

SÔNIA HAMBURGER - Põe o meu e-mail, por favor.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Sim Sônia, a gente vai colocar no seu e-mail, tá eu vou verificar, tá bom.

LAURA CENEVIVA– Obrigada.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada, dona Laura. Passando para o terceiro ponto do expediente, agora vamos para os informes sobre a implantação dos parques cabeceira do Aricanduva e o Morro do Cruzeiro pela coordenadora Tamires.

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA- Oi gente, bom dia, boa tarde.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Bom dia. É boa tarde, desculpa.

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA- Bom, vamos lá, eu trouxe como informe, mas já de antemão, eu queria que a gente seguisse com essa pauta como uma pauta principal na próxima reunião do CADES para a gente realmente trazer uma apresentação e mostrar uma série de informações que são importantes disso, desse, desses 2 projetos, especialmente sobre o Cabeceiras, tá. Então, Sr. Ângelo, o Sr. que estava sedento pelas informações, é acho que a primeira coisa importante é, eu acho que todo mundo aqui é tem conhecimento do programa de metas da prefeitura. Eu não sei, inclusive, se não tiver, talvez valha uma apresentação aqui no CADES, porque tem muita meta para Secretaria e outras metas de outras secretarias que são transversais, né, que tocam a gente de alguma forma, então, no nosso programa de metas. Oi?

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO- Vamos chamar o Rodolfo.

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA– É, e uma das nossas metas é a implantação de 2 (duas) unidades de conservação, né? Uma dessas unidades de conservação é justamente o parque natural municipal Cabeceiras do Aricanduva, tá. E aí, Sr. Ângelo a gente começou a implantação desse parque pela área pública, né? Que o senhor deve conhecer que ali na Gigi Damiani. Então, o início do parque começou ali e toda a, o restante da área do Cabeceiras é,

não sei se a Rosélia está aí, então se eu falar alguma coisa errada a Rosélia pode me corrigir. Todo o restante das áreas do Cabeceiras já está em processo de desapropriação, tá? É algumas áreas, a gente já teve emissão na posse, outras a gente está aguardando decisão do juiz e revisão de valores. E aí isso Sr. Ângelo, também desata nossos nós com o termo de compromisso ambiental celebrado muito tempo atrás com a Ecourbis, porque tinha uma condicionante de que a prefeitura fizesse a desapropriação da área para que a gente pudesse prosseguir com a implantação. Então, essas coisas estão sendo é, feitas nesse momento e em breve a gente vai ter o natural Cabeceiras do Aricanduva, eu já vou também antecipar é, só um segundo. Eu posso, vocês podem desligar o microfone, acho que era a Rosélia inclusive. É, uma coisa importante já para quem é da cidade Tiradentes, São Mateus é já ficar atento, a gente está fazendo uma conversa com as subprefeituras para poder fazer as audiências públicas de apresentação do projeto, porque como é uma unidade de conservação, tem um rito a ser seguido, determinado pela lei federal. Tá? Então a gente tem feito algumas conversas para organizar, articular a população para participar com a gente na implantação do Cabeceiras. É, quanto ao Morro do Cruzeiro, a gente não tem nenhuma ação imediata, é para o, para o Morro do Cruzeiro. O que houve em relação ao morro e também dentro, né? Do termo de compromisso ambiental do, do CTL, do Ecourbis, é uma área, foi uma pequena área, foi desapropriada, que era para ser um centro de referência ambiental. A gente pessoalmente não consegue mais subir, é o morro realmente virou uma área é bastante complicada, perigosa e a gente precisa ter uma estratégia de governo mesmo para poder implantar aquele parque é, e recuperar aquela área e também decidir para onde vai o centro de referência ambiental. Se realmente tiver para lá, se a gente vai descer, vamos colocar onde retomar essa discussão que eu sei que é uma discussão antiga, que ficou aí para trás e a gente precisa retomar isso em algum momento, né? Então, eu não sei se a Rosélia quer, é complementar alguma coisa e também ficou disposição aí e já pedindo para que na próxima reunião entre como pauta principal para a gente realmente trazer as plantas, o mapa, tudo que a gente está pensando, né, para ir.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Correto Tamires, está aceita a sua pauta para a próxima reunião tá, que vai ser dia 15 de dezembro.

ROSÉLIA MILIE IKEDA– Ok. Eu queria, eu não sei se estão me vendo que eu não consigo acionar a câmera aqui, acho que estão agora, né? Boa tarde a todos, então é só para complementar, acho que a Tamires já colocou bastante bem claramente, né? As ações que a gente tem feito nesse, nesse parque, eu, na verdade é quando eu entrei, coloquei o pé de volta na Secretaria, eu falei, esse parque vai ter que sair e aí acho que só vou embora da Secretaria quando esse parque tiver saído, então nós temos é colocado bastante esforço e a nossa equipe também da, do planejamento, a gente tem feito todos os esforços, não é? Para que esse parque saísse a gente teve que também ir atrás de recursos do FMSAI também que

a gente conseguiu disponibilizar para pagamento então, das, das desapropriações então das áreas privadas, né? Que são, acho que são 5 ou 6, acho que 6 ou 7 eu acho, a gente já tem uma com emissão na posse, é mais 5 que a gente vai conseguir fazer o pagamento é esse ano ainda do depósito complementar, né? Que é aquilo que o juiz pede para fazer e vai ficar somente uma área pro ano que vem, que é uma área aqui seria a maior área, mas também que tem também uma polêmica a respeito dessa área que ela também tá sendo cogitada pela é para ser feito um, um equipamento de, de triagem de resíduos, alguma coisa assim, é um parque chamado parque, eu não me lembro agora o nome é que a Ecourbis, que a (inaudível) né a época, a (inaudível) estava propondo para esse terreno, então a gente também deixou esse terreno para o ano que vem, quando as coisas estiverem mais claras, né, sobre o destino dessa área. Então, acho que é, é só para complementar um pouco mais detalhado o que a Tamires falou. Estou aqui à disposição para perguntas também.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada, Tamires. Obrigada, dona Rosélia. Senhores Conselheiros e Conselheiras, alguma manifestação quanto ao informe da Tamires? Sr. Ângelo, por favor. Sr. Ângelo, seu microfone está desligado.

ÂNGELO IERVOLINO - Obrigado a Tamires, obrigado Rosélia. Fico contente que isso daí vai entrar em pauta como apresentação, né? E vocês, me desculpem, porque eu estou na reunião, mas estou no ambiente de trabalho e acabei perdendo um pouco da fala da Tamires eu. A minha grande preocupação era a respeito do TCA, há, do TAC 37009, que eu há um tempo atrás, entrei em contato com representante da Ecourbis e ele, eles alegam que gastaram dinheiro com outras coisas e não teriam a mais que fazer as intervenções tanto no Cabeceiras como no Morro do Cruzeiro, tá. E isso daí também, há, uma época as entidades da zona leste entrou com representação no poder público, né? Foi na época que acabou saindo o dinheiro da FMSAI, que no caso, na época eu era representante e ajudei, há, eu não me lembro quem era na época, o representante da Secretaria lá no FMSAI, mas ajudei a trazer esse dinheiro para Secretaria, tá. E a gente sabe que é entre alguns compromissos que a Ecourbis tinha era recuperação florestal do parque natural, elaboração e execução de obra de 5 equipamentos de uso público com mais ou duzentos mil m² cada um, execução de cercamento em toda a área do parque natural do cabeceira, conservação e manutenção do parque e manter vigilância em 100% da área durante o período exploração do aterro que é esse TAC é referente a criação do terceiro, do terceiro, da terceira aterro sanitário, né? E me coloca à disposição, tanto eu como nós temos uma equipe que tem trabalhado muito a respeito disso, inclusive um ex-funcionário da Secretaria, o Fernando Deli, e era, foi o diretor do DGT Leste 1, nós nos colocamos a disposição da Secretaria para sanar alguma dúvida, tá? Obrigado por enquanto e vamos aguardar a apresentação.

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA- Obrigada, eu posso já aproveitar e responder porque eu falei um pouco do, do TCA, o TCA é um termo de compromisso ambiental tá, não é um TAC,

não é um termo de ajustamento de conduta, é um termo de compromisso ambiental, é na nossa visão essas obrigações, elas estão postas, elas têm que ser cumpridas. O que a gente tinha de amarrado para poder desenrolar o restante, né, da implantação do Cabeceiras com todas as obrigações que você colocou Sr. Ângelo era justamente a desapropriação das áreas, né, então é com isso, a gente consegue retomar essas discussões com a Ecourbis para dar o cumprimento dessas obrigações, eles podem falar o que eles quiserem, mas é, as obrigações estão postas, eles tem que tem que cumprir, né? E com o Fernando Deli também está aqui, está até com a mãozinha levantada, com certeza ele vai falar e a gente conta muito, muito, muito com apoio de vocês para isso, e em breve a gente vai entrar em contato, viu, pode ficar muito tranquilo.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada, Tamires. Vamos dar a palavra agora para a Sra. Andréa Franklin, por favor.

ANDRÉA FRANKLIN - É, eu só queria colocar Tamires a título de colaboração, é a informação de que a gente está, a prefeitura para retomando o projeto do corredor Aricanduva o BRP Aricanduva, vocês devem estar acompanhando aí está na meta e a gente está num processo agora é, de início de revisão do projeto atualização do projeto e é quando a gente vai ter condições de atualizar também as questões ambientais junto à Secretaria, a gente já fez uma consulta para o pessoal de licenciamento, eles estão avaliando a questão da, da licença, mas a gente já está trabalhando com o cenário nessa gestão ter esse entendimento acontecendo, eu sei que a gente sempre, né, promete como poder público aqui também às vezes não consegue cumprir os compromissos, mas esse é um que a gente está apostando muito a Rosélia falou que ela voltou enquanto não tiver pronto, ela não sai, eu estou no meio que junto com você Rosélia, se eu não conseguir fazer uma gestão virar uma compensação numa unidade de conservação com o dinheiro do (inaudível) eu não saio da prefeitura. Então, esse a gente gostaria de tentar deixar a disposição para você pensar no planejamento dele para esses 3 anos, não é alguma coisa que a gente vai rever esse ano, mas assim é um dinheiro grande que virá porque empreendimento é bem, né? Um volume alto de recursos e ele pode ficar no teu radar aí para de repente estar complementando, né, as ações que vão ser feitas no, na cabeceira do Aricanduva, era isso.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada. Rosélia, está com a mão levantada? Você quer manifestação? Sra. Rosélia? Tá.

ROSÉLIA MILIE IKEDA– Liliane, eu já falei.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Tá, é que ainda estava levantada, obrigada. Obrigada Tamires. Secretário Carlos Eduardo, o Sr. Fernando, ele quer dar a palavra, é com a sua permissão.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO– O Fernando ele é convidado?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Ele é convidado. Aí como o Senhor é Secretário Executivo o Senhor tem que dar permissão para ele estar falando conosco.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO– É bom, são meio-dia e meio a gente ainda tem mais uma pauta. Se ele puder ser breve, eu permito.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Sr. Fernando, por favor.

FERNANDO - É perfeito, é, todo mundo está me vendo, ouvindo?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Sim, Fernando.

(Fala não Identificada) – Ótimo.

FERNANDO - Bom primeiro lugar, é um grande prazer estar aqui com vocês novamente né, vendo aí a carinha da Rosélia da Tamires, da Liliane, todo mundo, né, Secretaria toda eu acho isso é muito importante, né? E eu sei que todos estão muito empenhados, eu acho que a gente tem que começar a fala dizendo isso, né. A Andréa estava falando agora pouco e de repente citou o caso da Rosélia, a gente sabe que a Rosélia tem uma coisa de coração aí com Cabeceiras, né, junto conosco com todo mundo, então é, eu acho que é bom começar por aí, né? É uma questão que eu gostaria de colocar é que o parque, a área do parque, ela está sofrendo um processo de ocupação, e é muito complicado isso, a gente sabe que lidar com essa situação é complicada, né? Então é eu sei que existe um processo, esse processo está caminhando e tudo mais foi para é, é para Secretaria, é, é de mudanças climáticas, foi para a subprefeitura de São Mateus. Então assim, é importante que seja feita é, seja feita ação ou ações né, para se resolver isso com, com a com a presteza necessária, né? Antigamente a gente tinha operação defesa das águas tinha um comitê atuante aqui na nossa região e as ações eram feitas casadas, né, Secretaria do verde, subprefeitura, GCM, eu não sei se é quais os procedimentos que a Secretaria está adotando hoje em dia, mas é eu, eu acho assim é o procedimento que for, teria que ter um resultado o mais feliz que seja um homem numa situação mais próxima possível, porque existem ocupações novas sendo feitas agora nesse momento, né, então é, poderia se dividir em etapas, né? Olha, pelo menos estancar o que está acontecendo e resolvendo aos poucos eu não sei, né? Mas teremos que dar um norte nessa situação para que o parque não vira uma colcha de retalhos, né? Então acho que é que esse é um foco, um dos focos, né? Aproveitando que a Andréa colocou sobre a questão do corredor Aricanduva, ótimo, porque, assim é, existe um imbróglio aí com a Ecourbis e assim, fiquei muito animado com a fala da Tamires, né, que está nessa expectativa de resolver isso, eu acho isso muito legal, mas realmente, né? Quando a gente ouve falar que é Ecourbis, a não está dizendo que não vai fazer. Eu lembro de um grupo que a Secretaria do verde montou junto com a com a Ecourbis, né, justamente para discutir é esse TCA e a necessidade de aditamento e tudo mais e havia meio que esse problema mesmo, né? Que é a Ecourbis entender que, que não, não tinha mais obrigações. É claro que isso pode ser questionado juridicamente, enfim, agora existem duas, não sei na minha visão, vocês é que

podem estar falando a respeito. Um é a gente apostar todas as fichas no TCA e ir para cima e né, não, tem que cumprir e pronto, que é isso que a Tamires falou, acho viável, é claro. Outra é paralelamente, não é? É aproveitando que a Andréa falou é tentar outros caminhos para viabilizar recursos para implantação e qualquer forma de questionar juridicamente depois, para que esses, é esses recursos que é, seriam gastos, a Ecourbis depois arcasse, né, o que não dá é para a coisa ficar parada, eu sei que não está parada, né, pessoal, sei que tá, não quero, não é nesse sentido, mas a gente conseguiu viabilizar o parque, né? O mais rapidamente possível, não é? É, é queria também é, só dá um toque para vocês, eu tenho acompanhado a Rosália sabe disso, já faz tempo, a gente tem acompanhado o comitê de bacia hidrográfica do alto Tietê, mais especificamente nos assuntos que tem relação com o vale do gaio que é onde está sendo discutida lei específica e é a região limítrofe com o município de São Paulo, né, então a ideia é compatibilizar o zoneamento do lado de lá, com a área de São Paulo, porque em alguns trechos, né, no vale do gaio, onde inclusive tem propriedade de Cohab né, tem sofrido o processo de ocupação e tudo mais a gente sabe que a implantação do Cabeceiras vai ajudar nesse processo de impedir que novas invasões, ocupações adentrem também o vale do gaio, né? Então, e isso é uma coisa interessante não só para nós no município de São Paulo, né, a Implantação do parque, mas pensando no caráter metropolitano, né. E tem pessoas, têm técnicos lá que estão participando também, então estão interessados nessa questão, acho que a gente pode conseguir avanços aí, né? O que que acontece com o Aricanduva, o Cabeceiras, a gente está implantando na vertente do Aricanduva, né, da bacia do Aricanduva, mas os contrafortes não têm nada que protejam, então a ideia é que esse lado de lá também venha a ter algum tipo, algum tipo de proteção, a gente tá discutindo com a fundação florestal, essas prefeituras locais, então isso aí é muito legal, né? Hã? Tem, acho que o Rodrigo tem conversado com vocês, têm conversado também com, com Rodrigo Martins, né? Então, a ideia é essa, agora é como Ângelo já falou, o que precisar a gente está à disposição para estar junto, né? O importante é a gente conseguir e aproveitar que vocês estão aí, eu tô olhando pra carinha das 3 (três) aí, né? Aqui na minha tela, né? Vocês estão aí, tá toda equipe aí, eu acho que a gente vai conseguir muito avanço assim estou muito animado com isso. Uma observação, Andréa, já que é a gente sabe que o corredor Aricanduva está sendo retomado, é uma prioridade, é lembrar o seguinte, existe uma divergência na questão do licenciamento, é justamente a licença, foi, é, foi concedida, mas não para área que, que tem interface com a APA do Carmo por conta das é, vocês lembram, houve uma mudança, né? De traçado do modal, né? Ele estava previsto para as laterais e foi para, houve a mudança para o plano central e isso quando chegou na unidade de conservação a gente ficou muito preocupado com essa mudança, então a licença ela fez observação que precisa ter essa discussão com o conselho novamente. Então eu gostaria de deixar posto que é muito importante isso e gostei muito de que a Andréa colocou que está

aberta essa questão mesmo de atualizar e verificar o que que é, é, se eu entendi bem, foi isso que ela colocou, né? De estar retomando essa análise, então isso aí é vai ser ótimo né, e por fim, para não me estender muito por causa do horário, queria parabenizar a Secretaria pela implantação da equipe de vigilância, né Tamires, lá no parque natural fazenda do Carmo. Isso foi formidável, né, o pessoal é muito bom e a gente está gostando muito, tá bom? Muito obrigado.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO– Muito obrigado. Muito obrigado Fernando.

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA– Muito obrigado Fernando.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO– Vamos em frente.

Muito obrigado, Fernando.

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA– Vamos, deixa eu só dar algumas coisas, Fernando, a gente realmente estamos trabalhando nas frentes que você colocou na, de que em tese a Ecoubis ter como obter as obrigações dela, a gente vai dar um jeito de fazer tudo, mesmo que a gente tenha que entrar com pedido de algum tipo de indenização ou judicializar isso, então a gente está trabalhando com essas possibilidades, sim. Então a ideia é, enfim, foi estratégico também para a gente levar isso para a meta que uma vez que a gente tem uma meta de governo em ser, né, isso dentro da meta de governo, a gente tem muito mais, é poder político ali, né, vontade política de resolver as coisas, então, é, enfim, vai sair o Cabeceiras tá gente, a gente vai conseguir aposentar quem tiver que se aposentar que o Cabeceiras vai sair, e a questão das ocupações também, a gente está conversando muito, muito, muito com a sua Subprefeitura, nosso pessoal aqui, o Rodrigo Martins, né, que trabalha com a Rosélia também é tem trabalhado no projeto demarca, não sei se vocês conhecem, é uma coisa que ele é, enfim, idealizou aqui na Secretaria de justamente essas áreas que já são públicas ou que vão ser parque a gente está constantemente sinalizando, né e fazendo ações para tentar conter, então é uma coisa que também está no nosso radar, porque não adianta a gente comprar área e não preservar elas e não dá conta de cuidar, né? É a compensação do que a Andréa falou, estamos aguardando ansiosas para isso, a gente até para todo mundo saber, a gente depois que a gente fez a revisão do FEMA, a gente fez uma organização fina muito boa, pessoal de CAFE aqui nosso para deixar certinho, né, todos as dotações certas para cada uma das unidades de conservação, para a gente não ter confusão em orçamento, né, tanto na parte orçamentária como na parte financeira, então foi um trabalho bem legal e assim a caixinha está aberta Andréa, para receber o nossa compensação do SNUC tá, e a última coisa eu já esqueci, então toca o barco aí que eu estou morrendo de fome já.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada Tamires, pela sua consideração de hoje, pelo seu informe e deixando claro que na próxima pauta do dia 15/12 vai ter a sua apresentação então, já está marcada, tá.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Dando continuidade. Dando continuidade à reunião, vamos para o quarto ponto do expediente. Senhores Conselheiros e Senhoras Conselheiras, considerando a disposição contida no decreto nº 60.681, dia 27 de outubro de 2021, que trata sobre a diminuição e a flexibilização das restrições de funcionamento dos estabelecimentos públicos e privados da cidade de São Paulo relacionados à pandemia do COVID-19, colocaremos em votação o quarto item da pauta, a deliberação da retomada das reuniões do CADES em forma presencial. Dessa forma Conselheiros nós fizemos a listagem de quem que está aqui presente para a nossa votação e temos hoje quórum de 18 (dezoito) pessoas, tá. E eu vou citando o nome de cada um de vocês, vocês vão colocando para mim. Se está de acordo ou não, para deixar bem organizado. Primeiro, Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, Maria José Gullo. De acordo ou não. Maria José Gullo? Acho que ela não está presente. Romulo Araújo Fernandes – SME, também não está presente. Secretaria de Licenciamento Urbano – SMUL, Lara Cavalcanti Ribeiro.

LARA CAVALCANTI RIBEIRO– Oi, bom dia a todos, estão me ouvindo?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Sim, Lara.

LARA CAVALCANTI RIBEIRO– É, eu queria só perguntar. A proposta de votação é para já na próxima reunião já voltar a ser presencial, é isso?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Isso Lara, é do dia 15/12.

LARA CAVALCANTI RIBEIRO– 15/12, tá. Eu acho que vou votar contrário. A Minha sugestão seria que a gente voltasse para presencial a partir de janeiro.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Sim, eu coloco observação aqui, tá bem.

LARA CAVALCANTI RIBEIRO– Tá bom.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – ANDRÉA FRANKLIN da SIURB, por favor. Sim ou não.

DOUGLAS DE PAULA- É gente boa tarde, Andréa ela teve que se ausentar, mas eu estou aqui como suplente de SIURB

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Tá, Douglas.

DOUGLAS DE PAULA– Eu, eu gostaria de votar, como a Lara fez agora, com a ideia de voltar presencial para ano que vem.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Certo, correto Douglas. Secretaria municipal de saúde, SMS, Sra. Mônica. Creio que a Mônica também acabou de sair, a Cyra está presente? Secretaria Municipal de Cultura, o Sr. Luca.

(Não identificado) - A Cyra votou sim, sem som

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – A Cyra votou sim, ela está pelo chat tá. Sr. Luca, por favor, a votação.

LUCAS OTERO - Estava sem microfone. É, eu queria saber a posição de vocês mesmo do verde sobre essa volta, como seriam as condições, se vocês são favoráveis.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Estamos pedindo para os Conselheiros né, estou aqui com o chefe de gabinete, Rodrigo Ravena, se quiser dar uma posição quanto a posição do Luca, sobre a escolha ou o Sr. Carlos.

RODRIGO RAVENA - A proposta está sendo colocada em votação para os Conselheiros. Quer dizer, o conselho tem autonomia para decidir se volta ou não volta a posição da Secretaria é, de acordo com o decreto municipal em vigor. As atividades foram retomadas, não significa que acabou a pandemia, mas as atividades têm que ser retomadas o mais próximo do normal possível, garantido segurança e afastamento, distanciamento a gente tem uma sala preparada para isso lá no térreo do, da Secretaria ou mesmo na UMAPAZ, a gente tem alternativas para receber essa reunião presencial, essa é a posição da Secretaria.

LUCAS OTERO- Eu acompanho o voto para a gente voltar em janeiro, obrigado.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada Luca, em janeiro. Coordenação de Educação Ambiental – UMAPAZ, a Meire, por favor.

MEIRE APARECIDA - Oi, eu voto sim para a retomada.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Correto Meire, obrigada. SMJ, Secretaria de municipal de justiça, Senhora Cleusa Guimarães, por favor.

CLEUSA GUIMARÃES - Eu voto não para a retomada agora em dezembro, mas sim para janeiro.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Correto CLEUSA. Coordenação de planejamento ambiental, CPA, Sra. Rosélia, por favor.

ROSÉLIA MIKIE IKIE IKEDA - É, eu voto sim.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Correto. Coordenação de gestão de parques biodiversidade (CGPABI), Sra. Tamires, por favor.

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA - Para mim é indiferente, então voto sim.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada, Senhora Tamires. Coordenação de licenciamento ambiental, o CLA, Sr. Juliano, por favor.

JULIANO RIBEIRO FORMIGONI – Oi, sim.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Certo Sr. Juliano, obrigado. Coordenação de fiscalização ambiental, Sra. Priscila, por favor. William, William tá presente.

WILLIAN ARAÚJO AGRA – Sou eu, eu tô presente, eu voto sim também.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigado Sr. William. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, SIMA – a Sra. Vivian Marrani.

VIVIAN MARRANI – Bom dia, vocês estão me ouvindo?

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Sim, Vivian.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Tá. bom dia, então olha eu vou seguir na linha do que está acontecendo na Cetesb.

Não identificado – Certo.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Então, na Cetesb está em online ainda, né.

VIVIAN MARRANI – Então eu voto não cons... É, consultei a minha colega aqui, minha suplente, a Cristina Poletto. Eu voto não, é, digamos assim na expectativa de que todos nós e tenha, estejamos com a terceira dose da vacina no início do ano que vem para a retomada das atividades presenciais, contando com a sala que não é tão grande assim, né? É, e nós temos lá 2 (dois) auditórios e ainda não estamos podendo fazer as nossas reuniões presenciais também. Eu, por essa justificativa tá.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Tá bem, Vivian. Segmento sociedade civil agora tá. Da parte do setor comercial. Sr. Carlos Alberto. Não está. Sr. Marco Antônio da FIESP. Da macrorregião centro-oeste 1 (um) a Sônia Hamburger.

SÔNIA HAMBURGER - É, eu voto contra dezembro, acho que porque está muito em cima, podia ser a partir de 20 (vinte), 22 (vinte e dois), obrigada.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Correto Sônia, obrigada. Macrorregião norte 1 (um) Sr. José ramos, por favor.

JOSÉ RAMOS - É, na verdade, eu estou preocupado com o que a Vivian se manifestou porque a sala de fato é pequena, né? Eu gostaria de votar sim porque, de fato, sociedade civil é a última reunião, né? Desse, desse pleito nosso e se tiveres um espaço adequado, se sim, a presença é de todos é seria muito bom porque vencemos um período muito agressivo, tivemos que nos adaptar e tivemos que fazer tantas coisas para que a gente pudesse encaminhar o caso da melhor maneira possível. Então, por enquanto, eu votaria, sim, mas que encontrasse uma acomodação com os protocolos de distanciamento, seria interessante até para a gente rever todo mundo e agradecer e avançar aí para janeiro quem sabe.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Obrigado Sr. José Ramos. Macrorregião leste 1 (um), Sr. Ivo saiu. Macrorregião leste 2 (dois), Sr. Ângelo, por favor.

ANGELO IERVOLINO - O meu voto é sim, e só colocaria uma observação, nós da sociedade civil, que dependemos de condução a UMAPAZ, ficou difícil acesso pela retirada de uma linha que passava na, em frente, tá? Então, se possível ser na Secretaria, é o local fácil de, de acesso, tá? Obrigado, meu voto é sim.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Obrigado Sr. Ângelo, então sim. Só um minutinho, agora vou fazer a Contagem aqui, tá.

DELAINE ROMANO - Eu não votei, Liliane

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Oi Sônia, qual é sua votação?

DELAINE ROMANO – Delaine.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – A Elaine, só um minutinho Elaine

DELAINE ROMANO- É, Delaine, é que você chamou o Ângelo, ele é da Leste 3 (três)

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Só um minutinho aqui. A Delaine a Sra. é suplente, isso, a Delaine é da macrorregião leste 2 (dois).

DELAINE ROMANO- Leste 2 (dois).

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Por favor, Delaine, está de acordo?

DELAINE ROMANO - Sim, para a retomada em janeiro.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Em janeiro, então é não. Só um minutinho, por favor. Diante da votação, nós temos 8 (oito) a favor que volte a presencial a partir do dia 15 (quinze) de dezembro e 7 (sete) pessoas contra.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO – Bateu com o meu, bateu com o meu Liliane.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Sim. Sr. Secretário?

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO – Não, bateu com o meu, a sua totalização bateu com a minha, então aí a decisão.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – A sim, nós fizemos bem organizado o nome de cada um tá, da SIURB, com sim ou não, tá. Está bem organizado aqui.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO – Isso, decisão volta em dezembro né, com todos os cuidados obviamente e respeitando aí os decretos municipais. A gente pode até tentar na medida do possível por requerimento tá, deixar a sala de reunião uma, uma estação com monitor e aí quem quiser, por algum motivo específico participar tele presencialmente a gente, a gente mantém, a gente mantém isso daí, a pessoa acessível, entendeu. É uma, é uma possibilidade também.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Correto. Sônia Hamburger, a Senhora levantou a mão, por favor.

SÔNIA HAMBURGER – É, é eu queria perguntar sobre a comissão que foi formada na reunião passada, se tem algum encaminhamento.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – A comissão é com a Senhora Tamires.

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – O Sônia, eu vou chamar a reunião, parece que foi publicado, acho que ontem ou hoje, tá bom, já vou chamar,

SÔNIA HAMBURGER – Tá bem, porque hoje ficou claro também a importância do FEMA né e do CONFEMA.

TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA– Com certeza.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE – Correto Tamires, obrigada tá. Dando continuidade agora nós temos uma apresentação do cronograma da eleição do CADES

municipal biênio 2021, 2023, no segmento sociedade civil e macrorregiões tá, e eu passo a palavra para a Senhora diretora Fernanda Costa Alves, para fazer a apresentação dessa votação, desse informe tá pessoal, é só um informe. Deixando claro que não é votação tá, é só um informe.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO – Vamos lá, Fernanda.

FERNANDA DA COSTA ALVES - Tudo bem, é, nós vamos passar, eu vou apresentar para vocês está o cronograma da, das eleições, tá, só um minutinho. Só um minuto.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO – Fernanda, tá com um pouquinho de eco.

FERNANDA DA COSTA ALVES - Espera aí. Oi, vocês estão vendo a apresentação? Tá. Então, pelo nosso cronograma tá, nós vamos publicar o edital agora no dia 19/11, dando um tempo tá para o início das inscrições, que vão começar somente no dia 29 de novembro, período de inscrições vai de 29 de novembro a 17 de dezembro tá, a gente está dando aí 18 dias para que a gente consiga fazer um trabalho de divulgação, né? Que SVMA consiga divulgar bastante isso para que a gente possa ter uma adesão maior, né? Já que nos últimos 2 (dois) chamamentos, nós não tivemos é, não tivemos essa adesão tá, então esse é o período de inscrição, a análise de documentação de 20 (vinte) de dezembro a 23 (vinte e três) de dezembro tá, que é o período de homologação tá. A publicação das candidaturas que forem homologadas vai ser no dia 28 (vinte e oito) de dezembro, vamos dar caso necessite, né, o período de interposição de recurso, caso alguma entidade tenha, não tenha entregado alguma documentação, né? Ou é, tem alguma documentação é errada, a gente dá esse período para que ela possa regularizar, tá? A data da assembleia entre as entidades é, no primeiro informe que nós havíamos mandado para vocês é junto com a pauta tá, seria no dia 20 (vinte) é, 20 (vinte) de janeiro, tá? Nós tivemos um novo entendimento e vimos que seria é melhor que a gente fizesse as assembleias divididas tá, por macro regiões, já vou apresentar para vocês aqui um pouco mais para baixo, já vou apresentar as datas, tá. As eleições, elas vão ocorrer, essas assembleias elas vão ocorrer de forma presencial tá, na UMAPAZ. Então essa aqui são as datas, tá. Em 17/01 no período da manhã, né, das 09:00 às 11:00 é, vamos fazer dar norte 1 (um), no período da tarde da norte 2 (dois), no dia 18 (dezoito) de janeiro é da SUL 1 (um) e da SUL 2 (dois), período da tarde, período da manhã. No dia 19/01, no período da manhã, nós faremos da SUL 3 (TRÊS) e no período da tarde da LESTE 1 (um). Leste 2 (dois) e leste 3 (três) vão ficar para o dia 20/01 tá, também no período da manhã, período da tarde, isso vai estar bem, é bem detalhadinho no edital, tá bom? É centro-oeste 1 (um) e centro-oeste 2 (dois) no dia 21 tá, também período da manhã e período da tarde. Vou tirar apresentação aqui, a gente conta, a gente conta com apoio dos Conselheiros atuais, tá? Para ajudar a gente nessa divulgação, assim que as artes estiverem prontas o edital ele for publicado, tá, a gente vai estar encaminhando para vocês para que

vocês deem uma força para gente conseguir aí formar o, nesse próximo mandato aí conseguir essas macro regiões para compor o conselho, está bom? Obrigado pela atenção de todos, tá.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada Fernanda e deixando também é Meire, por favor, se pudesse já deixar separado na UMAPAZ, eu vou encaminhar para você um memorando sobre a eleição, tá?

MEIRE APARECIDA - Lili não precisa memorando não, só manda um e-mail dos dias que você precisa que a gente já faz a reserva das salas,

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Acho que a Meire está...

MEIRE APARECIDA - Ouviu?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Não Meire, eu não escutei, desculpa.

MEIRE APARECIDA – Só manda um e-mail falando o dia que vocês precisam para a gente fazer a reserva.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Correto Meire, eu te agradeço, tá?

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO– Obrigado Meire.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Passando para a última pauta do dia, sugestão de pauta para a próxima reunião do, de assuntos gerais, nós temos já uma que é a da Tamires, que ela vai fazer nossa apresentação. E eu peço por gentileza a quem tiver mais sugestões, encaminhar para o e-mail para o ca-des@prefeitura.sp.gov.br, dou a palavra agora ao secretário Carlos. Sr. Ângelo, levantou a mão?

ANGELO IERVOLINO - Sim, Ângelo leste 2 (dois), hã, só por uma questão de ordem, eu não, eu, eu peguei a reunião desde o começo nessa, nessa plenária nós não temos de votar a, fazer a votação do, da última reunião. E outra coisa, à sociedade civil, a todos ou maioria dos Conselheiros eles trabalham, todo, todas as reuniões que foram feitas anteriormente sempre foram no período à noite num lugar acessível, então, para nós que trabalhamos, para fazer durante a semana, ainda mais na UMAPAZ, a gente vai ter de perder dia de trabalho, eu queria que, se possível, revisse isso, tá? Obrigado.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Obrigada, Sr. Ângelo. Eu dou a palavra agora ao Sr. Carlos, Secretário.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO– É Sr. Ângelo, a gente pode trazer isso daí para decisão da, da plenária, né? É tentar avaliar aí se retorna as reuniões para a noite ou se a gente passa para finais de semana também, onde em teoria, tá todo mundo um pouquinho mais livre. E já fica aí Liliane, a gente tenta levantar essa, essa situação aí na próxima, na próxima reunião, tá?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Reunião do CADES que será dia 15 (quinze) de dezembro, correto.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO– OK. Bom, então se a gente não tem, a gente nesta reunião, a gente teve a apresentação da, do parque Raposo empreendimentos, foi bacana, foi acho que atendeu aí a todas as, os questionamentos, né? Hã, tivemos a apresentação da Laura, apresentação da Tamires, desnecessário aí falar das 2 (duas) que estão sempre trazendo aí muitas informações bacanas para gente, atualizando a gente sobre o que está rolando aí, a votação aí que foi decidido que a partir do mês que vem a gente, a gente volta às reuniões presenciais, né? Podem deixar que a gente vai preparar um ambiente aqui com muito, muito carinho e cuidado que a prática aqui da Secretaria. É feito isso, agradeço a presença de todos e desejo uma ótima semana e dou por encerrada nossa reunião de hoje. Muito obrigado, abraço a todos.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE- Obrigada, Carlos. Obrigado a todos os presentes de hoje. E damos por encerrado a nossa reunião de hoje.

EDUARDO DE CASTRO

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário da Secretaria do Verde e Meio Ambiente